

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE VETERINÁRIA
Colegiado do Programa de Pós-Graduação

Líslie Caroline Oliveira Stuart

**CARACTERIZAÇÃO DE PROTETORES DE ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE – MINAS GERAIS**

Belo Horizonte

2023

Líslie Caroline Oliveira Stuart

**CARACTERIZAÇÃO DE PROTETORES DE ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE – MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Veterinária, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Animal

Área de concentração: Epidemiologia

Orientador: Prof. Dr. Marcos Xavier Silva

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Camila Stefanie
Fonseca de Oliveira

Belo Horizonte

2023

S930c Stuart, Lísle Caroline Oliveira ,1992-
Caracterização de protetores de animais no Município de Belo Horizonte
2013 Minas Gerais /Lísle Caroline Oliveira Stuart. – 2023.
64f: il

Orientador: Marcos Xavier Silva
Coorientadora: Camila Stefanie Fonseca de Oliveira
Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Medicina Veterinária da
UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência
animal.
Área de concentração: Epidemiologia
Bibliografias: f:48 a 55.

1. Cão - Doenças - Teses - 2. Gato - Doenças - Teses - 3. Zoonoses -
Controle - Teses - I. Silva, Marcos Xavier - II. Oliveira, Camila Stefanie de
III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Veterinária -
IV. Título.

CDD – 636.089 4

Bibliotecária responsável Cristiane Patrícia Gomes CRB 2569
Biblioteca da Escola de Veterinária, UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE VETERINÁRIA
COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ANIMAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

LÍSLIE CAROLINE OLIVEIRA STUART

Dissertação submetida à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA ANIMAL, como requisito para obtenção do grau de MESTRE em CIÊNCIA ANIMAL, área de concentração Medicina Veterinária Preventiva.

Aprovado(a) em 11 de julho de 2023, pela banca constituída pelos membros:

Dr.(a). Marcos Xavier Silva - Orientador(a)

Dr.(a). Rafael Romero Nicolino

Dr.(a). Maria Helena Franco Morais



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Xavier Silva, Professor do Magistério Superior**, em 20/07/2023, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena Franco Morais, Usuário Externo**, em 21/07/2023, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Romero Nicolino, Professor do Magistério Superior**, em 31/07/2023, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2463562** e o código CRC **85F4D3E7**.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Elizabeth e meus irmãos Diego Stuart e Maria Eduarda Stuart, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

À minha amiga querida Jéssica Cossenzo, que sempre esteve ao meu lado, pela amizade incondicional e por todo o apoio demonstrado ao longo de todo o tempo em que me dediquei a este trabalho.

Ao professor Marcos Xavier, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação ao longo dessa jornada, e também por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram meu aprendizado.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos aqueles que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento desta pesquisa, enriquecendo meu processo de aprendizado, em especial às ONGs e aos protetores que se disponibilizaram a responder a minha pesquisa.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

A todos da Prefeitura de Belo Horizonte, pelo fornecimento de dados que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa que contribuiu para a realização deste trabalho.

À UFMG, essencial no meu processo de formação profissional e por tudo que aprendi ao longo dos anos de graduação e pós graduação.

E, por fim, aos animais, em especial os meus, por todo o amor incondicional que são capazes de nos oferecer, sem pedir nada em troca.

RESUMO

A superpopulação de cães e gatos causa problemas sanitários, ambientais e sociais, podendo trazer questões como as zoonoses, além de comprometer o bem-estar destes animais, que se tornam vulneráveis a doenças e aos maus-tratos. Os protetores e as Organizações não Governamentais (ONGs) de proteção animal se esforçam diariamente para promover o bem-estar animal através de resgates e cuidados veterinários. Neste trabalho foi realizado um estudo descritivo que teve como objetivo caracterizar o ambiente em que estes animais estão abrigados, seu status sanitário e os aspectos socioeconômicos dos protetores de animais, a partir da aplicação de questionários às ONGs e aos protetores independentes de cuidado e bem-estar animal de Belo Horizonte. Foram aplicados 22 questionários, respondidos entre os dias 07 de abril de 2022 e 08 de setembro de 2022, através da ferramenta Google Forms. Este trabalho tentou estimar o número de protetores e ONGs presentes na cidade de Belo Horizonte/MG, além de buscar compreender a fonte de renda que possibilita a manutenção de seus trabalhos e o local onde os animais são mantidos por estas. Observou-se, também, a importância das redes sociais como principal forma de divulgação das campanhas de adoção; 85,71% (18/21) dos entrevistados as utilizavam para divulgar os animais disponíveis para adoção. Em relação à manifestação de doenças, foi perguntado sobre quatro específicas: leishmaniose, esporotricose, vírus da leucemia felina (FeLV) e vírus da imunodeficiência felina (FIV), e apenas 10% (2/20) dos respondentes disseram não possuir animais abrigados com essas doenças. Já em relação à presença de cinomose e parvovirose nos abrigos, 90,91% (20/22) dos entrevistados optaram por não responder a esta pergunta. O desconhecimento do número real de ONGs e protetores que atuam no resgate e adoção de cães e gatos no Brasil, associada à escassa literatura sobre esse assunto e falta de dados das políticas instituídas, dificultam a implementação de medidas que visam garantir a saúde e o bem-estar dos animais abandonados. Portanto, faz-se necessário atuar sobre o controle populacional desses animais, instituir medidas educativas em relação à guarda responsável e melhorias nas condições de vida dos animais, além da criação de uma legislação adequada de defesa e proteção dos animais e medidas que auxiliem os protetores a continuarem seus trabalhos com maior segurança jurídica e financeira.

Palavras-chave: Organizações não Governamentais (ONGs); protetores de animais; zoonoses

ABSTRACT

The overpopulation of dogs and cats causes sanitary, environmental, and social problems, potentially raising issues such as zoonoses, in addition to compromising the well-being of these animals, making them vulnerable to diseases and mistreatment. Protectors and non-governmental organizations (NGOs) dedicated to animal protection strive daily to promote animal welfare through rescues and veterinary care. In this study, a descriptive research was carried out aimed at characterizing the environment in which these animals are sheltered, their sanitary status and the socioeconomic aspects of animal protectors. This was done through the application of questionnaires to NGOs and independent animal advocates in Belo Horizonte. A total of 22 questionnaires were distributed and collected between April 7, 2022, and September 8, 2022, using the Google Forms tool. This work attempted to estimate the number of animal advocates and NGOs in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais, as well as to understand the sources of income that enable the maintenance of their work and the location where the animals are kept. Additionally, the study observed the importance of social media as the primary means of promoting adoption campaigns, with 85.71% (18/21) of the respondents using them to advertise animals available for adoption. Regarding the occurrence of diseases, the participants were asked about four specific diseases: leishmaniasis, sporotrichosis, feline leukemia virus (FeLV), and feline immunodeficiency virus (FIV). Only 10% (2/20) of the respondents stated that they did not have any sheltered animals with these diseases. However, when asked about the presence of canine distemper virus and canine parvovirus in the shelters, 90.91% (20/22) of the participants chose not to answer this question. The lack of knowledge regarding the actual number of NGOs and animal protectors involved in the rescue and adoption of dogs and cats in Brazil, combined with the limited literature on this subject and the lack of established policies, hinders the implementation of measures aimed at ensuring the health and well-being of abandoned animals. Therefore, it is necessary to address the population control of these animals, establish educational initiatives regarding responsible pet ownership, improve the living conditions of animals, and create suitable legislation for the defense and protection of animals. Additionally, measures should be put in place to support animal advocates in their work, providing them with greater legal and financial security.

Keywords: Non-Governmental Organizations (NGOs); animal protectors; zoonoses.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1.....Regional de Belo Horizonte onde atua?
- FIGURA 2.....A equipe possui redes sociais? Quais?
- FIGURA 3.....Fonte de renda da organização
- FIGURA 4.....Trabalho de proteção realizado
- FIGURA 5.....Espécie resgatada/acolhida/alimentada
- FIGURA 6.....Local de manutenção dos animais
- FIGURA 7.....Divulgação de campanhas de adoção
- FIGURA 8.....Instituição procurada para atendimento veterinário
- FIGURA 9.....Vacinas aplicadas regularmente
- FIGURA 10.....Há animais com alguma das doenças abaixo mantidos na instituição?
- FIGURA 11.....Algum animal já apresentou sintomatologia nervosa?
- FIGURA 12.....Aparecimento de casos de cinomose entre os animais no último ano
- FIGURA 13.....Houve aparecimento de sintomas intestinais entre os animais recentemente?
- FIGURA 14.....Aparecimento de casos de parvovirose entre os animais no último ano
- FIGURA 15.....É realizado algum tipo de controle de ectoparasitas?

LISTA DE SIGLAS

CDV - Canine Distemper Virus

CPV- Parvovírus Canino

FeLV - Vírus da Leucemia Felina

FIV - Vírus da Imunodeficiência Felina

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPB - Instituto Pet Brasil

OIE - Organização Internacional de Saúde Animal

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não Governamental

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

SEDA - Secretaria Especial dos Direitos Animais

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente

SNC - Sistema Nervoso Central

SUIPA – Sociedade União Infantil Protetora dos Animais

UIPA – União Internacional Protetora dos Animais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WAP - World Animal Protection

WVA - World Veterinary Association

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 REVISÃO DE LITERATURA | 13 |
| 2.1 Cães e gatos como animais de estimação | 13 |
| 2.2 Cães e gatos como transmissores de zoonoses | 14 |
| 2.3 Monitoramento e controle populacional associado à saúde pública..... | 15 |
| 2.4 Políticas públicas de proteção animal no Brasil e em Minas Gerais..... | 16 |
| 2.5 A proteção animal | 18 |
| 3 OBJETIVO GERAL | 20 |
| 3.1 Objetivos Específicos..... | 20 |
| 4 MATERIAL E MÉTODOS | 21 |
| 4.1 Área de Estudo..... | 21 |
| 4.2 Levantamento dos dados e informações | 21 |
| 4.2.1 Banco de dados da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)..... | 21 |
| 4.2.2 Banco de dados criado por este projeto | 22 |
| 4.3 Análise estatística..... | 22 |
| 4.4 Estimativa de protetores de particulares de animais em Belo Horizonte | 22 |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 24 |
| 6 CONCLUSÕES | 48 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 49 |
| APÊNDICE A – Pesquisa complementar ao cadastro de protetores de animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana | 57 |
| ANEXO A - Ficha de cadastro de protetores independentes de Belo Horizonte / MG | 61 |

1 INTRODUÇÃO

A relação entre os seres humanos e animais vem sendo relatada desde tempos antigos, existindo uma dependência dos humanos, que usam os animais para diversas finalidades, como alimentação, trabalho, transporte e suporte emocional.

A sociedade brasileira vem passando por mudanças importantes, como a diminuição do tamanho das famílias, devido à redução das taxas de natalidade, além de novos estilos de vida, levando ao aumento da busca afetiva por animais de companhia.

De acordo com dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e atualizados pelo Instituto Pet Brasil, em 2018 foram contabilizados no Brasil 54,2 milhões de cães e 23,9 milhões de gatos. Esse foi o último levantamento de dados feito pelo Instituto com esta relação, sendo presumível estimar que em 2022 esse número tenha se tornado muito maior.

Algumas características sociais que o Brasil enfrenta, como baixos níveis educacionais associadas à dificuldade do poder público na criação e execução de políticas públicas sanitárias, falta de informação da população quanto a informações sobre saúde, originam um grande número de cães e gatos não domiciliados, fazendo com que grande parte dos municípios brasileiros enfrentam problemas relacionados a esses animais não domiciliados.

A superpopulação de cães e gatos causa desordem sanitária, ambiental e social. Quando fora de controle, essa superpopulação pode gerar diversos problemas, como zoonoses, agressões físicas e acidentes de trânsito, além de comprometer o bem-estar desses animais, que se tornam vulneráveis à desnutrição, aos maus-tratos e a doenças. Dessa forma, o descontrole populacional torna-se um desafio para a saúde pública.

Portanto, ao atuar sobre o controle populacional desses animais, será possível realizar ações educativas em relação à guarda responsável e melhorias das condições de saúde das populações animal e humana.

Propor uma legislação adequada de defesa e proteção aos animais a partir de orientação técnica é uma importante meta para as organizações não governamentais (ONG) de proteção animal.

Os protetores de animais muitas vezes resgatam os animais da rua e os acolhem em suas casas com um engajamento em ações e políticas de piedade ou de justiça que visam sensibilizar a

população, através da internet e feiras para adoção responsável de cães e gatos; se unem em Organizações Não Governamentais (ONG), para a promoção de direitos dos animais na via legislativa e exercem uma pressão contínua sobre o poder executivo para que sejam cumpridas as leis, além de tomadas medidas de ações para a proteção animal.

Os protetores se esforçam para institucionalizar seus trabalhos, como por exemplo, criando questionários de adoção, que se assemelham cada vez mais aos questionários de adoção de crianças humanas. Desta forma, a adoção de animais abandonados tem se tornado uma política pública não estatal, implementada pelos próprios protetores, que seguem as políticas de proteção à infância humana.

O estudo descritivo é caracterizado como um método adequado para se obter melhores entendimentos sobre fatores que influenciam sobre determinados fenômenos.

Este trabalho teve como objetivo caracterizar as condições em que os abrigos e os animais se encontravam durante a pesquisa, catalogando essas ONGs e protetores. Analisou-se o ambiente dos abrigos e as condições sanitárias dos animais abrigados dos protetores de animais. Foi feito um levantamento quantitativo das espécies presentes nas instituições de proteção animal independentes e estimou-se o tamanho deste grupo na cidade de Belo Horizonte- MG. Todas as informações foram feitas através de questionários respondidos pelos protetores de animais de Belo Horizonte utilizando as redes sociais destes abrigos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Cães e gatos como animais de estimação

A relação entre os seres humanos e animais vem sendo relatada desde tempos antigos, existindo uma dependência dos humanos, que usam os animais para diversas finalidades, como alimentação, trabalho, transporte e conforto emocional (SILVANO, 2015). Há poucas décadas, em todos os grandes centros urbanos brasileiros, cães e gatos eram adquiridos para cumprir as funções de guarda e controle de pragas, circulavam livremente pelas ruas, onde estavam expostos ao risco de serem capturados pelas equipes de captura de cães de rua (carrocinhas) e mortos em um centro de controle de zoonoses (LIMA, 2016).

No decorrer das últimas décadas, esses animais passaram a cumprir a função de animais de companhia e a serem inseridos dentro dos domicílios (LIMA, 2016), o que obrigou o poder público rever a metodologia de controle de animais.

Atualmente, a importância dos animais de companhia é de grande relevância para a sociedade, que pode ser classificada como incomensurável. Essa companhia vem cada vez mais sendo reconhecida como algo básico e importante (COSTA; FERREIRA, 2018). E o que caracteriza esses animais como de companhia é o laço afetivo entre eles e as pessoas que eles se relacionam, além da responsabilidade legal atribuída (PAUL; SERPELL, 1993).

Na sociedade atual, as novas configurações familiares e as famílias multiespécies vêm se fortalecendo, evidenciado pelo ganho de espaço cada vez maior por parte dos animais de companhia nos lares das famílias. Muitas vezes, esses animais acabam assumindo o papel de membro da família. E, quanto maior o afeto pelo animal, maior tende a ser o vínculo entre ele e o seu tutor (GAZZANA; SCHMIDT, 2015).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre animais domésticos, o Brasil possuía, em 2013, uma população de 52,2 milhões de cães e 22,1 milhões de gatos, sendo que em 44,3% dos lares brasileiros há pelo menos um cão e em 17,7% ao menos um gato. Esse foi o último levantamento de dados com essa relação feito pelo Instituto, quase uma década atrás, sendo presumível estimar que em 2022 esse número tenha se tornado muito maior (IBGE, 2015). Em 2018, uma pesquisa do Instituto Pet Brasil (IPB) contabilizou 54,2 milhões de cães e 23,9 milhões de gatos no país.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o convívio com animais requer cuidados específicos que, quando negligenciados, podem provocar consequências indesejáveis, como o aparecimento de doenças, acidentes de trânsito e agressões. (WHO, 2005).

Para corrigir e prevenir esses riscos, o manejo populacional de cães e gatos depende de atitudes permanentes e transformadoras em toda a sociedade humana, principalmente entre os tutores de animais de estimação, para a reavaliação de suas práticas e valores individuais e sociais (GARCIA; CALDERÓN; BRANDESPIM, 2019).

Segundo Pedrassani et al. (2017), a prática da guarda responsável se dá por cuidados adequados de vacinação, vermifugação, alimentação, castração, higiene, segurança, conforto, entre outros manejos.

Segundo Broom et al. (2010), os animais que estão sob a responsabilidade de pessoas na sociedade atual devem ser compreendidos como seres sencientes, que possuem necessidades específicas e que precisam ser atendidas para estarem numa condição adequada para o seu bem-estar.

2.2 Cães e gatos como transmissores de zoonoses

Segundo Garcia, Calderón e Brandespim (2019), zoonoses são enfermidades ou infecções transmitidas naturalmente dos animais ao homem, devido às alterações ambientais, socioeconômicas e culturais.

No momento atual, 75% das doenças humanas em crescimento são de origem animal, e dos atuais patógenos humanos, 60% são zoonóticos. Zoonoses são doenças naturalmente transmitidas dos animais ao homem em decorrência de alterações no ambiente, mas também de origem socioeconômicas e culturais (GARCIA; CALDERÓN; BRANDESPIM, 2019).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define zoonoses como: “*doenças ou infecções naturalmente transmissíveis entre animais vertebrados e seres humanos*”. E, de acordo com a OMS, existem mais de 200 doenças transmissíveis que podem ser caracterizadas como doenças zoonóticas (OMS, 2016).

Nesse sentido, cães e gatos causam maior preocupação, pois pertencem à mesma classe de vertebrados que os humanos. Dessa forma, o potencial de transmissão de doenças entre humanos

e outros animais criados por hobby ou lazer, como peixes, répteis e aves, é menor (SCHNEIDER, 2018).

A primeira atividade relacionada ao controle de zoonoses realizada no país foi a construção de canis públicos. Na década de 1970, ocorreu a criação dos primeiros Centros de Controle de Zoonoses, voltados principalmente para o controle da raiva, através do recolhimento, vacinação e eutanásia de cães (BRASIL, 2016).

A maior preocupação nos acidentes entre animais e humanos é a possibilidade da transmissão da raiva, uma doença aguda e fatal que afeta o sistema nervoso central.

Estimou-se em 2011 no Brasil, gastos em torno de 27 milhões de dólares por ano com a aquisição de imunobiológicos para o tratamento antirrábico pós-exposição de cerca de 230 mil pessoas que são encaminhadas para a vacinação e/ou sorovacinação previstas no tratamento (BRASIL, 2011). Também é estimado que, em média, 400 mil pessoas buscaram atendimento médico em decorrência de um agravo causado por animais (BRASIL, 2011). Dessa forma, esses acidentes são caracterizados como um grave problema de saúde pública. Assim, a medicina veterinária possui um papel importante, pois é a profissão que possui conhecimento sobre a clínica, a prevenção e controle das zoonoses, sob o ponto de vista humano, animal e ambiental.

O manejo populacional de cães e gatos e o controle de zoonoses devem ser contemplados em programas de políticas públicas em âmbito nacional. A implantação desses programas requer alocação de recursos financeiros, além de planejamento que englobe diagnóstico, ações preventivas, controle, monitoramento, avaliação e dedicação permanente (VIEIRA, 2015).

2.3 Monitoramento e controle populacional associado à saúde pública

Segundo a Organização Internacional de Saúde Animal (OIE):

“Animal em situação de rua é aquele que não está sob os cuidados de uma pessoa ou aquele que se deixa transitar livremente pelas ruas. Pode ser um animal que possui dono, mas que não está sob seu controle direto ou sob restrição em algum momento, um animal sem dono ou um animal feral (animal doméstico que voltou à natureza e não depende diretamente dos cuidados humanos para reprodução)” (OIE, 2008).

O descontrole da população de cães e gatos nas ruas apresenta-se como um problema, devido ao risco de zoonoses, além do reconhecimento do sofrimento animal (ARRUDA, 2019).

Segundo a World Veterinary Association (WVA, 2017), o indivíduo em situação de abandono está em risco iminente de fome, sede, desnutrição, exposto à doenças e lesões, pode ser vítima de maus tratos, além de se envolver em acidentes de trânsito e também é fonte de zoonoses.

Segundo Barroso et al. (2019), grande parte dos países têm enfrentado risco à saúde pública, à saúde animal e ao meio ambiente, devido ao aumento da população de cães e gatos e à falta de controle dessas populações. As ações de controle populacional e as condições de abrigos ofertadas aos animais em situação de rua vêm sendo uma preocupação de diversos municípios brasileiros, envolvendo a administração pública e a ação de organizações não governamentais de proteção aos animais.

A ausência de dados oficiais sobre a estimativa do número de animais em situação de abandono compromete a definição de estratégias para o combate desse ato. A determinação do perfil de quem abandona, o perfil do animal abandonado e a área de ocorrência desses abandonos são respostas que a epidemiologia busca alcançar a fim de contribuir para a elaboração de políticas públicas de prevenção e combate ao abandono. (GARCIA; CALDERÓN; BRANDESPIM, 2019).

2.4 Políticas públicas de proteção animal no Brasil e em Minas Gerais

Os atos de crueldade e maus-tratos contra animais são uma preocupação mundial (DINIZ, 2018). Segundo a Declaração da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO de proteção aos animais, proclamada no dia 27/01/1978, prescreve alguns artigos, como:

Artigo 1: Todos os animais nascem iguais diante da vida, e têm o mesmo direito à existência.

Artigo 2: a) Cada animal tem direito ao respeito.

b) O homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais, ou explorá-los, violando esse direito. Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço dos outros animais. c) Cada animal tem direito à consideração, à cura e à proteção do homem. - Artigo 3: a) Nenhum animal será submetido a maus-tratos e a atos cruéis. b) Se a morte de um animal é necessária, deve ser instantânea, sem dor ou angústia.

Ainda em seu Artigo 14, temos:

- a) As associações de proteção e de salvaguarda dos animais devem ser representadas a nível de governo.
- b) Os direitos dos animais devem ser defendidos por leis, como os direitos dos homens.

O amparo jurídico voltado para a proteção animal no Brasil ocorreu através da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, delegando ao poder público, no Art. 225. [...] § 1º [...] VII, “a proteção da fauna e da flora e proíbe as práticas que coloquem em risco a função ecológica, acarretem a extinção de espécies ou sujeitem os animais à crueldade” (BRASIL, 1988).

Dessa forma, a demanda por formulações, elaboração e implantação de políticas públicas, como forma de efetivar a proteção dos animais no país, são legítimas e de extrema importância. Por esse e outros motivos, as lutas sociais dos movimentos em defesa dos animais estão cada vez mais relacionados com as demandas por políticas públicas que garantam os direitos ambientais que beneficiem esses animais, destinadas à proteção, à saúde, defesa e bem-estar dos mesmos (MENEZES FILHO, 2015).

Segundo Diniz (2018), a Lei n. 9605/1998 regula crimes contra animais, no art. 32,

impondo ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, proibindo a submissão dos animais ao sofrimento, como, por exemplo, maus-tratos, abandono, falta de acesso à água ou alimento, etc., visando protegê-los, pois são capazes de sentir e por serem vulneráveis.

A Lei nº 16.303/2016, do Estado de São Paulo, dispõe sobre o acesso ao portal da Delegacia Eletrônica da Secretaria de Segurança Pública, destinado a atender ocorrências que envolvam animais; a Lei paulista n. 16.308/2016 trata das penalidades cabíveis às pessoas que vierem a cometer quaisquer tipos de maus-tratos aos animais domésticos. O serviço permitirá traçar um mapa estadual de criminalidade contra os animais, a fim de contribuir para redução da impunidade contra os crimes contra os animais (MENEZES FILHO, 2015).

No município de Atibaia (SP), em 2012, foram realizadas políticas públicas de proteção animal, constituídas de castração dos animais do município e identificação por meio de microchip, onde é possível identificar o nome, o endereço e contato do tutor (ATIBAIA, 2012).

Em Ijuí, na região noroeste do Rio Grande do Sul, com base na Lei Municipal nº 5.738/2013, também deu início, em 2013, uma ação que visava combater o abandono de animais no município, com a implantação de microchips de identificação nos animais recolhidos pela prefeitura (IJUÍ, 2013).

Na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS), em 2011, foi criada a Secretaria Especial dos Direitos Animais (SEDA), que tem como objetivos estabelecer e executar políticas públicas destinadas à saúde, defesa, proteção e bem-estar animal. Os objetivos da SEDA são pautados em ações que visam reduzir os maus-tratos aos animais, realizar o controle populacional de cães e

gatos, reduzir a população abandonada e consolidar na população a importância da guarda responsável de animais (SEDA, 2017).

Em Minas Gerais, a Lei nº 21.970/2016 dispõe a proteção, a identificação e controle populacional de cães e gatos, com vistas à garantia do bem-estar animal e à prevenção de zoonoses. No art. 3º da Lei, “compete ao município, com o apoio do Estado, a proteção, a prevenção e a punição de maus-tratos e de abandono de cães e gatos”. No art. 6º, parágrafo 2º, “compete ao poder público desenvolver estratégias voltadas para a proteção de cães e gatos comunitários, a fim de promover a melhoria do bem-estar desses animais, e para orientar, de forma técnica, os tutores e o público em geral sobre os princípios da tutela responsável e a prevenção de zoonoses”. No art. 8º da Lei, “fica estabelecido que o Estado poderá conceder aos cuidadores e protetores de animais cadastrados na forma de regulamento, preferência em programas públicos de castração, vacinação e atendimento de animais” (BRASIL, 2016).

A Lei nº 23.863/2021 acrescenta artigo à Lei nº 21.970/2016, que dispõe sobre:

a proteção, a identificação e controle populacional de cães e gatos. O acréscimo assegura a qualquer cidadão o direito de fornecer, em espaços públicos, alimento e água aos animais de rua, inclusive aos cães e gatos comunitários. Ainda, é vedado ao particular e a agente do poder público impedir o exercício do direito previsto no caput, sob pena de se configurarem maus-tratos e de se aplicarem as penalidades cabíveis (BRASIL, 2021).

Dessa forma, a postura diante dos animais torna-se não somente um problema que envolve valores morais de solidariedade, compaixão e piedade, mas também valores políticos objetivos, sendo que é uma questão pública em função da demanda social por legislações que amparam e protegem as necessidades dos animais, e por políticas públicas que efetivem as obrigações do poder público para com estes (MENEZES FILHO, 2015).

2.5 A proteção animal

Cães e gatos, além de outros animais, são presença constante nas redes sociais. Em paralelo, as ONGs de defesa animal também estão presentes na web, denunciando casos de maus-tratos e promovendo a adoção de animais abandonados (OSTOS, 2017).

As primeiras leis de proteção à causa animal surgiram na Inglaterra, no século XIX. Em 1824, foi criada, em Londres, a Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals. Desde

então, foram criadas novas entidades por toda a Europa e nos Estados Unidos (MÓL; VENANCIO, 2014).

No Brasil, a sociedade pioneira foi a União Internacional Protetora dos Animais (UIPA), criada na cidade de São Paulo, em 1895. Um de seus fundadores, Ignácio Wallace da Gama Cochrane, também participou da criação do Instituto Pasteur, em 1903. Desde as primeiras décadas do século XX, o estado de São Paulo se destacou na defesa em prol dos animais (TEIXEIRA; SANDOVAL; TAKAOKA, 2004).

Em 1930, foi criada a Sociedade União Infantil Protetora dos Animais (SUIPA), que promovia a causa animal por meio da educação infantil. Dentre as iniciativas da entidade, observavam-se socorro aos animais abandonados e denúncia de casos de maus-tratos. E, assim como a UIPA, a sociedade tinha a participação de pessoas da elite paulista, garantindo espaço na mídia impressa, que era fundamental para a divulgação de suas iniciativas (CORREIO PAULISTANO, 1930).

Na primeira metade do século XX houve muitas discussões sobre a necessidade de se estabelecer formas mais racionais e menos destrutivas de lidar com a natureza (DUARTE, 2010; OSTOS, 2012). Nesse período, houve um grande número de criações de sociedades protetoras de animais, que se preocupavam predominantemente com os animais domesticados, como cavalos e bois, e com os animais de estimação, como gatos e cães. A proximidade com a realidade humana, principalmente na cidade, foi um parâmetro decisivo para a maior ou menor atenção que as sociedades concederam a esses animais (OSTOS, 2017).

Em 1934, diante da pressão de tais entidades, foi promulgada a primeira lei brasileira de proteção aos animais. A partir dessa lei, todos os animais passaram a ser tutelados pelo Estado e os maus-tratos tornaram-se passíveis de gerar multas e até prisão (BRASIL, 1934).

Apesar da história da proteção aos animais no Brasil ser pouco estudada, a perspectiva histórica evidencia que fundamentos que guiam a causa de defesa aos animais variam conforme a realidade política, econômica e cultural de cada sociedade. O estudo sobre a história da proteção animal pode ser de grande interesse para a sociedade contemporânea, que se mostra cada vez mais preocupada em entender e problematizar as relações entre o ser humano e a natureza, além de ser possível delinear a ética dessa interação.

3 OBJETIVO GERAL

Caracterizar as instalações e os protetores de animais independentes a partir de aplicação dos questionários às ONGs de cuidado e bem-estar animal de Belo Horizonte.

3.1 Objetivos Específicos

- Estimar o total de protetores em Belo Horizonte;
- Descrever aspectos socioeconômicos dos protetores;
- Descrever características ambientais dos abrigos;
- Caracterizar status sanitário dos animais.

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Área de Estudo

Belo Horizonte é um município brasileiro, capital do estado de Minas Gerais com uma área de aproximadamente 331 km². Sua população estimada é de 2.530.701 habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), com densidade demográfica de 7.167,00 hab/ km², sendo o 6º município mais populoso do país.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano, Belo Horizonte ocupa a 4ª posição no ranking nacional de municípios, com participação de 1,52% no PIB nacional, atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, e Brasília. O PIB per capita, que é calculado através do valor da riqueza produzida na cidade dividida pela população, foi de R\$38.695,31 em 2019 (IBGE, 2019).

Belo Horizonte encontra-se em terceiro lugar entre as capitais brasileiras com os melhores índices de desenvolvimento econômico do país, estando atrás apenas de Curitiba (2º) e São Paulo (1º). No ranking nacional, que conta com todas as 5.570 cidades do país, Belo Horizonte está em sexto lugar, com 0,728, em uma escala que varia de 0 a 1 (SEBRAE MINAS, 2022).

Em relação à população animal, Belo Horizonte tem um cão para cada oito habitantes e um gato para cada 25 habitantes, com base em dados de 2018 (BEGALLI, 2020).

4.2 Levantamento dos dados e informações

4.2.1 Banco de dados da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)

O banco de dados de protetores particulares produzido pela PBH a ser utilizado foi criado a partir da FICHA DE CADASTRO DE PROTETORES INDEPENDENTES DE BELO HORIZONTE (Anexo A). Este questionário foi o instrumento utilizado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) para catalogação dos abrigos independentes, sendo um projeto em colaboração com a PBH, o desenvolvimento do banco de dados foi em concordância aos interesses da prefeitura. Foi pesquisados os protetores concomitantemente presentes no banco de dados de nosso trabalho

e devidamente cadastrados na PBH. Esta informação foi usada no cálculo de estimativa de protetores em Belo Horizonte.

4.2.2 Banco de dados criado por este projeto

Este projeto cadastrou 22 protetores particulares em Belo Horizonte.

Foi utilizado um questionário desenvolvido para este fim e aplicado com a Ferramenta Google Forms (Apêndice A).

Para aumentar o engajamento, foi solicitado a cada protetor contactado que indicasse outros protetores de sua rede de contatos. Desta forma os protetores foram contactados a partir da rede de contatos entre os mesmos, ou seja, cada protetor pôde indicar outros para que fosse encaminhado o nosso questionário.

Uma segunda ferramenta foi a busca dos protetores em redes sociais dos abrigos no Instagram. Utilizando o algoritmo da plataforma para encontrar contas similares. Para isso, o projeto criou uma conta no Instagram para agrupar estes contatos, disponibilizar informações que auxiliem os protetores e disponibilizar o questionário da nossa pesquisa. Ao todo, o algoritmo forneceu 61 contas de protetores que passaram a ser seguidas pelo nosso projeto no ecossistema do Instagram.

Foram coletados 22 questionários respondidos no período de coleta dos dados entre os dias 07 de abril de 2022 até o dia 08 de setembro de 2022.

4.3 Análise estatística

Os dados coletados no questionário foram apresentados no formato descritivo. Não houve comparação de grupos neste projeto. O conjunto amostrado foi de 22 questionários respondidos.

4.4 Estimativa de protetores de particulares de animais em Belo Horizonte

Uma estimativa do total de ONG foi feita utilizando a técnica de captura e recaptura proposta por Dunn e Andreoli (1994).

Segundo os autores, o método de captura e recaptura é usado em situações onde não há possibilidade de contagem direta, como em estudos da biologia, por exemplo, e tem mostrado que pode resultar em estimativas acuradas do número de populações, sendo adequado para estudar populações incomuns ou de difícil acesso.

Além disso, esse método pode ser usado em estudos de incidência e prevalência, permitindo fazer estimativas corretas, mesmo que sejam usados dados provenientes de fontes incompletas, em situações onde não é possível conhecer o número exato de casos.

O método de captura e recaptura vem sendo utilizado desde a década de 1930 no campo da ecologia, para avaliar e estimar populações animais e, posteriormente, para realizar estimativas populacionais. É considerada uma técnica barata e efetiva, e tem sido usada como instrumento para melhorar a cobertura dos sistemas de informação em saúde, reduzir os custos para estimar indicadores, verificar o funcionamento de serviços e implementar suas ações (CORRÃO et al., 2000).

Foram comparadas as presenças de nomes na lista da PBH e no questionário usado por este projeto. A PBH construiu uma lista com 62 nomes.

Em nosso questionário foi feita uma pergunta para saber se o protetor estava cadastrado na PBH. O critério de inclusão foi a presença do responsável pela ONG na lista da PBH. Em seguida este nome foi pesquisado na lista da PBH por funcionário da prefeitura.

Quatro nomes foram autodeclarados como cadastrados na PBH e no nosso banco de dados. Porém, um dos nomes foi excluído do cálculo e três nomes foram identificados e mantidos no nosso cálculo por estarem nas duas listas.

Um nome autodeclarado como cadastrado na PBH não foi encontrado, após tentativas de contato sem sucesso este nome foi excluído do cálculo. Um segundo nome não estava presente na lista da PBH, mas foi cadastrada pela prefeitura de Contagem-MG, a pessoa informou atuar na proteção animal nas seguintes regionais da PBH: Nordeste, Pampulha e Venda Nova. Esta pessoa foi mantida como protetora de animais em Belo Horizonte.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi realizado o cálculo das ONGs e protetores na cidade de Belo Horizonte. Dentre o total de respostas obtidas 19 (86,36%) não eram cadastradas na prefeitura e 3 (13,64%) estavam cadastradas.

Uma estimativa do total de ONGs e protetores foi feita utilizando a técnica de captura e recaptura proposta por Dunn e Andreoli (1994), apresentou o seguinte resultado:

$$Ne = \{(A + 1) * (B + 1) / (C + 1)\} - 1$$

Onde:

Ne - População estimada

A - Total de amostra na coleta do projeto

B - Total de amostra na coleta da PBH

C - Total de ONGs e protetores simultâneos nas duas coletas

$$Ne = Ne = \{(22 + 1) * (62 + 1) / (3 + 1)\} - 1$$

$$Ne = 361$$

Portanto, segundo nossos cálculos, temos 361 ONGs e protetores de animais na cidade de Belo Horizonte.

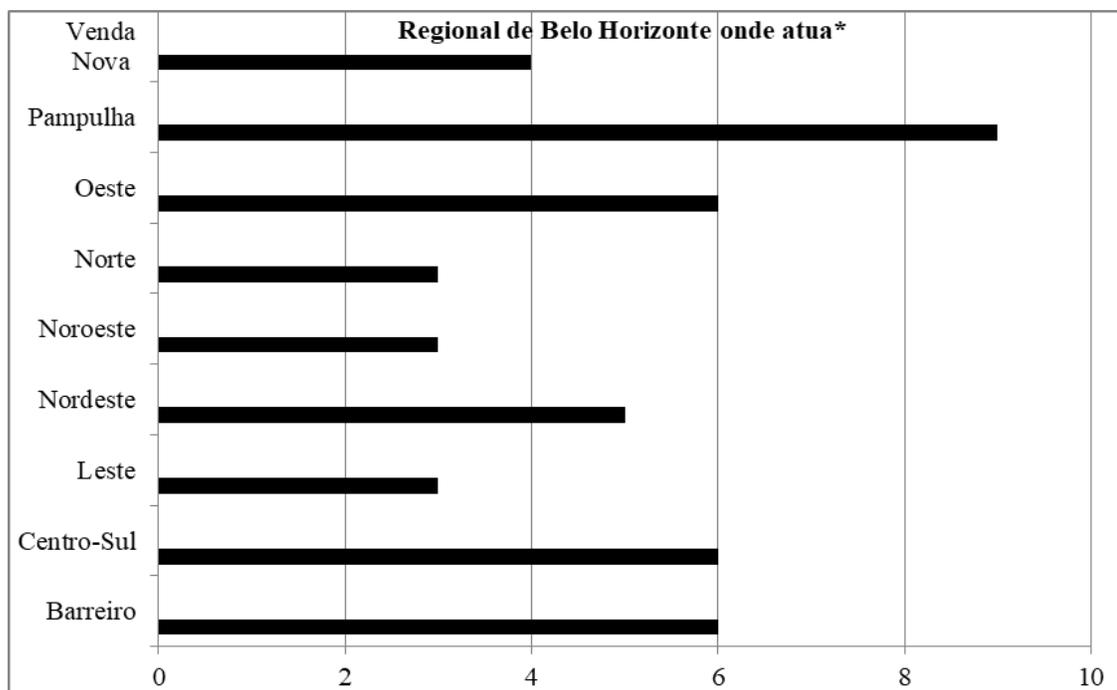
Das 22 pessoas que responderam ao questionário, 19 (86,36%) não possuem nenhum tipo de cadastro na PBH. Além disso, todos eles realizam apenas trabalho voluntário de proteção animal.

Todos os 22 protetores que responderam ao questionário realizaram seus trabalhos de proteção na cidade de Belo Horizonte. Desses, 14 atuam em outras cidades, além de Belo Horizonte. São elas: Betim, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Itabirito, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa, Sarzedo e Vespasiano.

No gráfico abaixo (Figura 1), observam-se as regionais onde os protetores realizam seus trabalhos. A maior atuação foi na regional Pampulha, representando 20% (9/45) do total das respostas. Em seguida, estão as regionais Barreiro, Centro-Sul e Oeste, cada uma representando um total de 13,33% (6/45) das respostas. Houve menor atuação nas regionais Nordeste (11,11%; 5/45), Venda Nova (8,89%; 4/45), Leste, Noroeste e Norte, cada uma representando um total de

6,67% (3/45). O n amostral de 22 ONGs e protetores foi excedido, pois uma ONG ou protetor podem atuar em mais de uma regional.

Figura 1 – Regional de Belo Horizonte onde atua

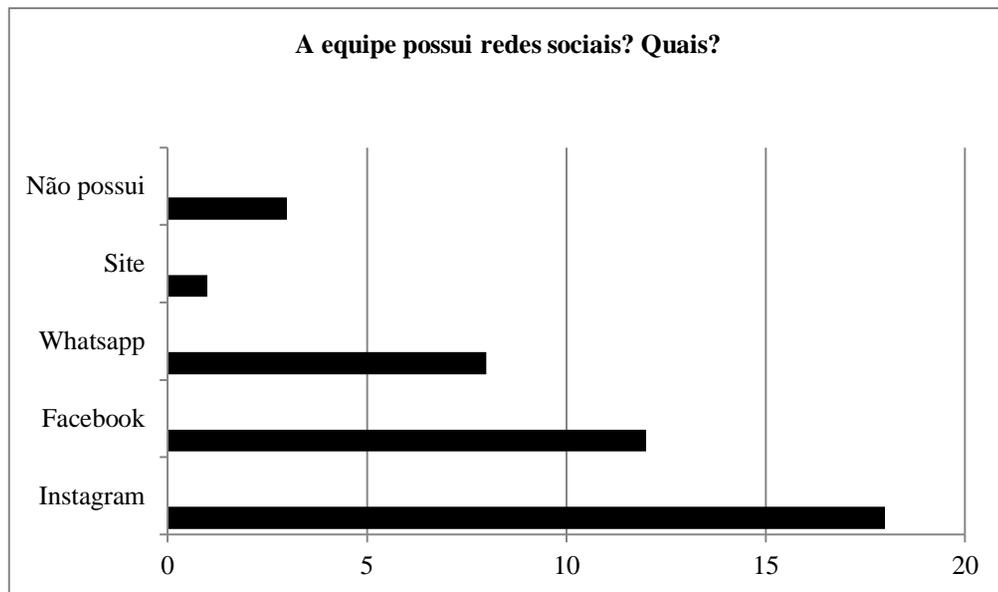


(*) - Cinco protetores não responderam esta pergunta.

A maior parte das instituições que responderam ao questionário (95,24%; 20/21) possuem de uma a seis pessoas em suas equipes. Apenas uma ONG (4,76%) possui sete ou mais pessoas em sua equipe.

O gráfico abaixo (Figura 2) mostra quais redes sociais são mais utilizadas pelas ONGs e pelos protetores. O n amostral de 22 ONGs e protetores foi excedido, pois uma ONG ou protetor podem utilizar mais de uma rede social.

Figura 2 – A equipe possui redes sociais? Quais?



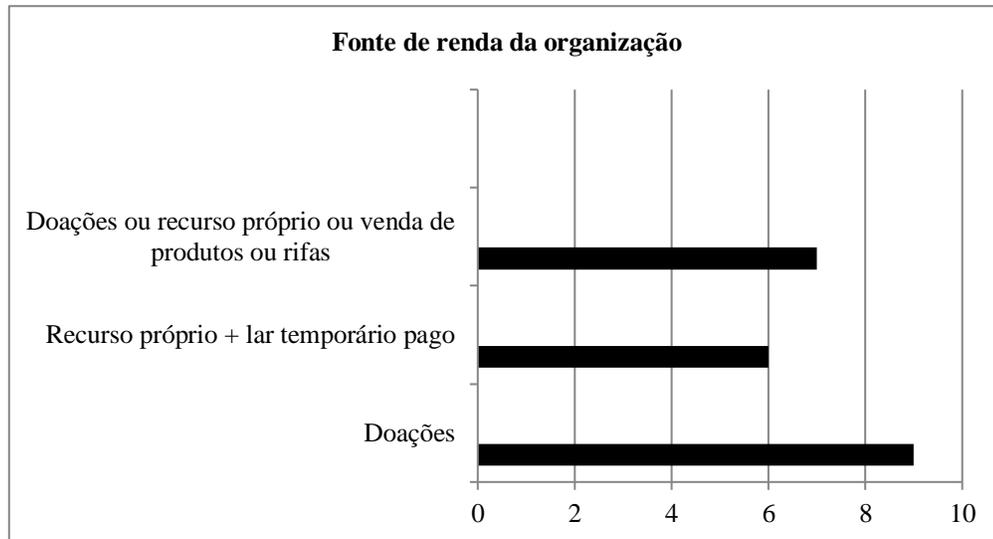
Frequência acumulada de respostas

A utilização da tecnologia e da internet atualmente é um dos principais meios de divulgação de eventos de adoção e para localizar animais perdidos ou abandonados (TOZZI, 2018).

Dos entrevistados que responderam ao questionário, apenas 7,14% participantes (3/42) não fazem uso de redes sociais para a divulgação dos seus trabalhos. A rede social mais utilizada para a divulgação do trabalho realizado pelos protetores é o Instagram (42,86%; 18/42), seguido do Facebook (28,57%; 12/42). A quantidade de respostas excedeu o n amostral de 22 ONGs e protetores, pois uma ONG ou protetor podem utilizar mais de uma rede social.

As ONGs e os protetores de animais fazem uso do marketing como importante ferramenta para alcançar seu público-alvo. Assim, essa ferramenta se torna essencial para a melhor divulgação e realização das atividades sociais prestadas por esses protetores.

As redes sociais têm a grande capacidade de colaborar com as causas sociais, com abrangência e rapidez. Na causa animal, essas redes podem ser utilizadas como ferramenta de adoção dos animais resgatados, no compartilhamento de animais perdidos e também como meio de divulgação do trabalho que ONGs e protetores realizam. Além disso, as redes sociais levam outras pessoas a aderirem às causas propostas por esses grupos de protetores. Dessa forma, a internet torna-se uma grande aliada na expansão da conscientização da causa animal. O gráfico a seguir (Figura 3) demonstra a fonte de renda das organizações.

Figura 3 – Fonte de renda da organização

Em relação à fonte de renda das ONGs e dos protetores, 40,91% (9/22) dependem de doações para conseguirem manter seus trabalhos. 27,27% (6/22) utilizam recursos próprios e oferecem serviço de lar temporário pago; e 31,82% (7/22) usam recursos próprios, doações e venda de produtos ou rifas para sustentar seus trabalhos de proteção.

Um trabalho realizado por Catapan (2018) mostrou que a fonte de renda das ONGs é proveniente de doações, eventos, recursos próprios e prestação de serviços, como a realização de cirurgias, ou venda de produtos (roupas, coleiras, etc.). Ainda, nesse trabalho foi observado que a maioria das ONGs amostradas (58,65%) possui doação como principal fonte de renda.

Segundo Lewgoy et al. (2015), além de doações, protetores e ONGs, contam com diversos parceiros, como clínicas veterinárias e casas de passagem que lhes fornecem descontos especiais em seus serviços: “Na verdade esse circuito de economia moral é fundamental para o trabalho de proteção: a mesma não se viabilizaria sem o crédito e os descontos dos parceiros e estes não seriam pagos sem a importante fonte de receitas representada pelas doações e brechós”.

De acordo com Kuzma et al. (2015), “É de essencial importância a atuação das instituições de Terceiro Setor para a manutenção e desenvolvimento das questões de cunho social. Pode-se dizer que o Terceiro Setor, composto por organizações sem fins lucrativos, é criado e mantido pela

ênfase da participação voluntária, num contexto não governamental que dá continuidade às práticas tradicionais de caridade, filantropia e mecenato”.

A fim de captar recursos através de parcerias com o Estado, pessoas físicas ou jurídicas, essas entidades precisam ser transparentes nas suas prestações de contas, a fim de proporcionar maior credibilidade aos seus possíveis doadores (SOUZA, BENEVIDES, SALES, ALVES, 2018).

Segundo Santos et al. (2021), as ONGs que demonstram pouca habilidade em controlar seus recursos, tendem a ser impossibilitadas de manterem as suas atividades, perdendo seus doadores e contribuintes, o que leva à perda de recursos.

Em relação ao trabalho realizado pelas ONGs e pelos protetores, observou-se que o resgate de animais é o mais frequente (18,69%; 20/107), seguido pela divulgação em redes sociais (17,76%; 19/107). Outros trabalhos são realizados, como: lar temporário voluntário (13,08%; 14/107); castração/CED (12,15%; 13/107); apoio financeiro (7,48%; 8/107); transporte dos animais (7,48%; 8/107); denúncia de maus-tratos (6,54%; 7/107); lar temporário pago (5,61%; 6/107); atuação em colônias de gatos (5,61%; 6/107); atuação em situação de acumulação (2,80%; 3/107); capacitação (1,87%; 2/107); e monitoramento de cães comunitários (0,93%; 1/107).

É importante ressaltar a variedade de serviços prestados pelas ONGs e pelos protetores independentes. Como já foi citado anteriormente, grande parte dos recursos financeiros dessas entidades são provenientes de doações e recursos próprios.

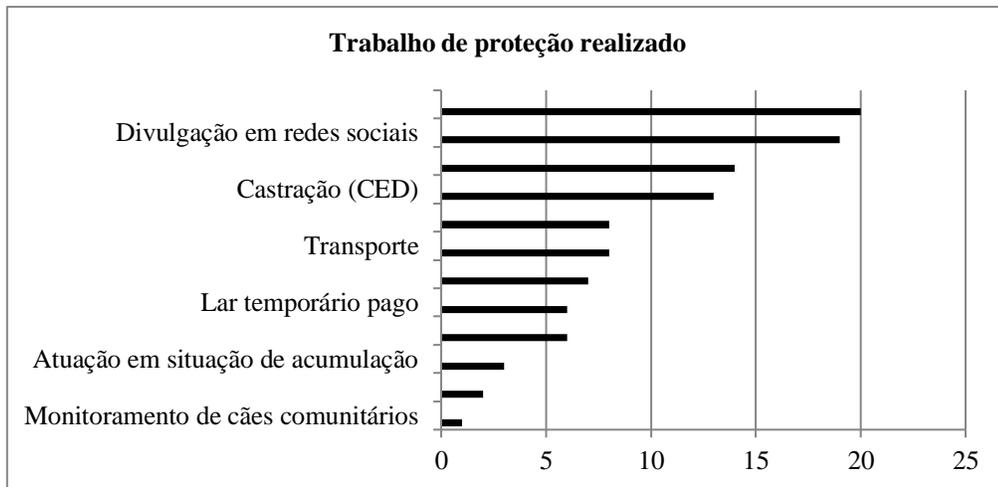
O resgate e o tratamento dos animais abandonados é uma questão de extrema importância para a saúde pública, uma vez que o crescente abandono de animais compromete não somente o seu bem-estar, mas também pode comprometer a saúde humana. É necessário que haja maior discussão de políticas públicas e sensibilização da população, para haver avanço no debate sobre o bem-estar e direito dos animais. O resgate de animais mostra-se como uma prática necessária para a população e, principalmente, para os animais abandonados, uma vez que essa prática mostra a preocupação de parte da sociedade com a crueldade e com os maus-tratos para com os animais.

Segundo Souza e Santin (2019), em meio à carência de políticas públicas voltadas para a causa animal, as ONGs tentam minimizar os impactos causados pela superpopulação de animais; porém, muitas vezes elas atuam de forma isolada, diante da imensa necessidade de resgate e cuidados com esses animais.

Dessa forma, é preciso enaltecer a atuação dessas ONGs que, mesmo com a falta de políticas públicas e investimento na causa animal, essas entidades buscam uma forma, muitas vezes improvisada, de minimizar os problemas causados pelo abandono.

O gráfico abaixo (Figura 4) representa os trabalhos que são realizados pelas ONGs e protetores.

Figura 4 – Trabalho de proteção realizado



Frequência acumulada de respostas

Em relação à espécie resgatada/acolhida/alimentada, 52,38% (11/21) dos protetores tratam de cães e gatos; 19,05% (4/21) tratam somente cães e 28,57% (6/21) tratam apenas de gatos.

Segundo o trabalho realizado por Lewgoy et al. (2015), os cães são mais fáceis de serem resgatados, quando comparados com os gatos. Para os gatos, pode ser necessário fazer uso de armadilhas e um tempo maior para atrair os animais.

No estudo realizado por Tobe et al. (2017), foram resgatados 291 animais no período estudado, sendo 164 (56%) cães e 127 (44%) gatos. Entre os cães, 64 (39%) estavam doentes, e seis gatos (4%) também apresentavam alguma doença. Verificou-se um alto índice de animais errantes nas vias públicas da cidade, o que poderia ocasionar acidentes e também disseminação de doenças.

Dados do IPB (2022) apontam que o Brasil possui, hoje, 185 mil animais abandonados ou resgatados por maus tratos sob a tutela de ONGs e grupos de protetores. Desses 185 mil, 96% são cães e 4% são gatos. Ainda de acordo com o IPB, existem 400 ONGs atuando na proteção animal atualmente (em 2018, eram 370). Das entidades funcionando atualmente, 45% encontra-se na

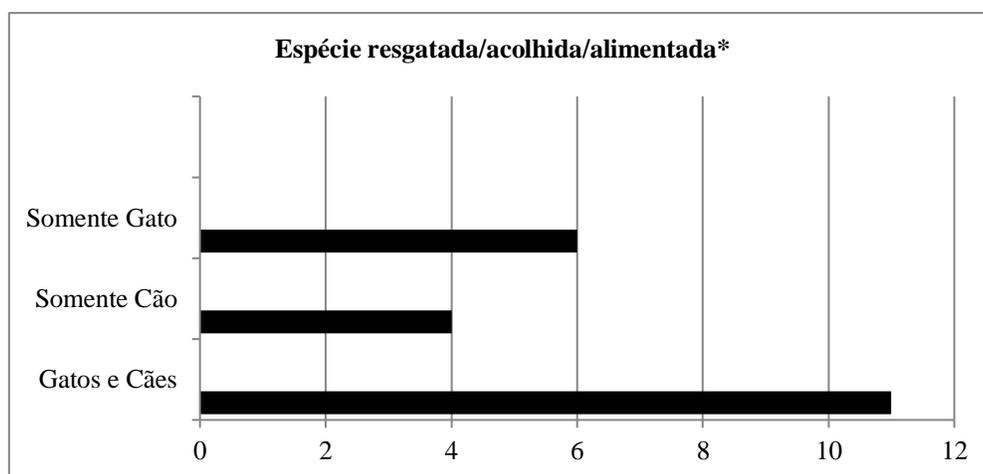
região Sudeste, 18% na região Sul, 18% na região Nordeste, 12% na região Norte e, por fim, 7% no Centro-Oeste.

De acordo com Lewgoy et al. (2015), é pouco frequente que o interesse dos protetores ultrapasse os animais de companhia, como cães e gatos, não sendo comum as mobilizações por animais de produção, por exemplo. Isso se dá por preferências individuais, pois é comum que esses protetores tenham cães e gatos mantidos e criados como animais de estimação. Além disso, a proximidade física e o testemunho direto com o sofrimento desses animais em ambiente urbano favorecem esse interesse na proteção de cães e gatos.

O desconhecimento do número real de ONGs e protetores que atuam na causa animal, em prol do resgate e adoção de cães e gatos no Brasil, além da falta de dados das políticas instituídas dificulta a implementação de medidas que visam garantir a saúde e o bem-estar dos animais abandonados e também dos animais abrigados.

Observam-se os resultados obtidos em relação à espécie resgatada/acolhida/alimentada no gráfico a seguir (Figura 5):

Figura 5 – Espécie resgatada/acolhida/alimentada



(*) - Um protetor não respondeu esta pergunta.

Quanto ao local de manutenção dos animais (Figura 6), 45,95% (17/37) dos entrevistados responderam que os animais são mantidos em suas próprias residências. Além disso, os animais também podem ser mantidos em lares temporários pagos (18,92%; 7/37) e voluntários (18,92%; 7/37) e clínicas veterinárias (8,11%; 3/37). Também, há os animais que são cuidados, mas mantidos em praças e parques (5,40%; 2/37) e em abrigos (2,70%; 1/37).

Na cidade de Assis, no Estado de São Paulo, a ONG SOS Pets promove o resgate e castração dos animais abandonados e os disponibilizam para a adoção responsável. Apesar dos esforços da ONG, que se mantém por meio de doações, a instituição não possui um local destinado ao acolhimento dos animais resgatados. Dessa forma, eles são levados às residências dos voluntários que deles cuidam até a adoção (CONDE, 2017).

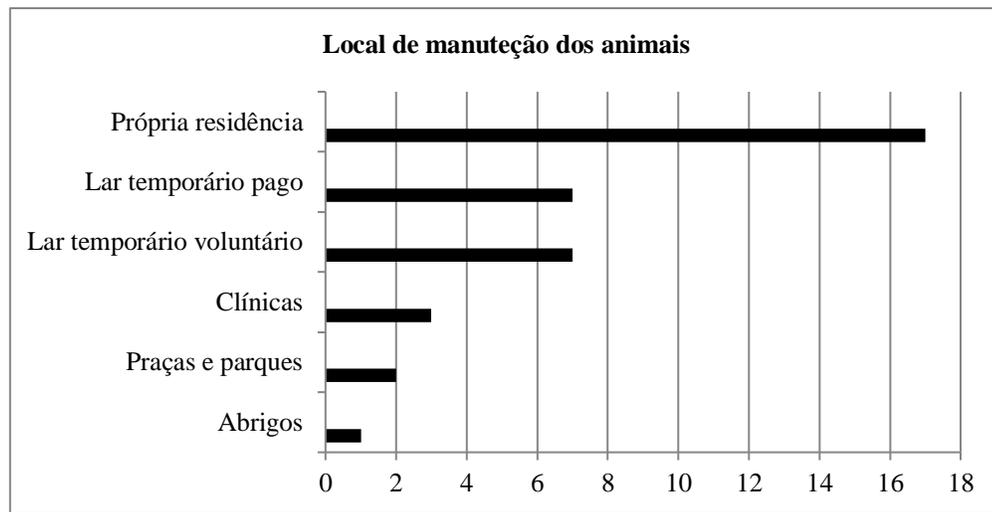
Esse é o cenário mais comum entre as ONGs e os protetores, visto que eles majoritariamente se mantêm por meio de doações e, em sua maioria, precisam cuidar dos animais resgatados em suas próprias residências, ou contando com a boa vontade daqueles que cedem algum espaço e realizam os lares temporários voluntários, ou até mesmo tendo que pagar lares temporários e clínicas veterinárias particulares, a fim de manter esses animais longe das ruas.

Ainda há os animais comunitários, sendo mais comuns os cães. A OMS e a World Animal Protection (WAP) definem cães comunitários com animais de livre circulação e que dependem de uma ou mais pessoas da comunidade para realizar os seus cuidados. Segundo Garcia et al. (2019), a manutenção desses animais é uma medida alternativa para o cuidado de animais que se encontram em situação de rua e são aceitos pela comunidade. Ainda de acordo com os autores, no Brasil há legislações estaduais e municipais que reconhecem e regulamentam os animais comunitários.

Em Minas Gerais a Lei nº 23.863 acrescenta artigo à Lei nº 21.970, de 15 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos:

Art. 1º: Fica acrescentado à Lei nº 21.970, de 15 de janeiro de 2016, o seguinte art. 6º-A:
 Art. 6º-A: É assegurado a qualquer cidadão o direito de fornecer, nos espaços públicos, na forma e na quantidade adequadas ao bem-estar animal, alimento e água aos animais em situação de rua, inclusive aos cães e gatos comunitários.

Quando o poder público é afastado dessa questão da proteção animal, afasta-se também a responsabilidade do Estado no auxílio às ONGs, visto que o Estado é responsável pela promoção do equilíbrio ambiental e proteção da saúde pública. E, quando o Estado tem sua responsabilidade afastada, a atuação das ONGs fica prejudicada, e o destino dos animais protegidos pode ser novamente as ruas.

Figura 6 – Local de manutenção dos animais

Frequência acumulada de respostas

Em relação à separação entre fêmeas e machos, 61,90% (13/21) dos entrevistados responderam não haver nenhum tipo de separação, enquanto em 40,10% (8/21) dos ambientes essa separação ocorre.

O número de machos mantidos na instituição variou de dois a 300 animais; sobre o número de fêmeas mantidas e sobre o número de animais castrados, 90,91% (20/22) dos entrevistados não responderam.

É válido ressaltar a importância da castração para os cães e gatos, especialmente para aqueles que são resgatados, a fim de evitar a reprodução entre eles, aumentando ainda mais a população desses animais e, conseqüentemente, o número de animais sem um lar definitivo, além do aumento das despesas dos protetores e das ONGs.

Segundo Garcia et al. (2019), o controle reprodutivo de cães e gatos é crucial para reduzir o abandono de animais. Esse controle pode envolver diversos setores da sociedade, podendo ser feitos convênios com ONGs, universidades e clínicas veterinárias particulares. Ainda segundo os autores, a falta de capacitação em cirurgias minimamente invasivas, a falta de bons protocolos anestésicos e locais inadequados para a realização das cirurgias, têm sido um grande desafio, visto que esses problemas afetam diretamente o bem-estar dos animais.

Em Belo Horizonte, a prefeitura oferece gratuitamente para os residentes do município, o serviço de castração animal, desde 2005, possuindo seis Unidades de Esterilização de Cães e Gatos que, juntas, realizam cerca de 25 mil cirurgias por ano (Prefeitura de Belo Horizonte, 2023).

Em relação ao acesso à rua, 80,95% (17/21) dos entrevistados responderam que os animais não possuem acesso, enquanto 19,05% (4/21) disseram que os animais têm acesso à rua.

É importante ressaltar que o crescimento desordenado da população de cães e gatos e o manejo impróprio podem causar problemas à população humana, com grande impacto à saúde pública, propiciando a transmissão de doenças, colocando também em risco a saúde de outros animais. Além disso, o animal não esterilizado, com livre acesso à rua, está apto a reproduzir desordenadamente, fazendo com que aumente o número de animais na rua e também o risco de abandono.

Para de Paula et al. (2018), animais com acesso livre à rua podem ter contatos com outros animais nesse ambiente, podendo contrair doenças parasitárias e levar patógenos e parasitos para a casa. Doenças zoonóticas, como leishmaniose, toxoplasmose e raiva também podem ser transmitidas para as pessoas responsáveis por esses animais.

O livre acesso à rua pode causar desordem sanitária, ambiental e social, podendo gerar problemas como a disseminação de zoonoses, agressões físicas e acidentes de trânsito, podendo também comprometer o bem-estar desses animais, que se tornam vulneráveis aos maus-tratos e às doenças. Dessa forma, é importante que o acesso à rua aconteça sempre de forma responsável e na presença de humano, a fim de se evitar maiores transtornos para a saúde humana e animal.

Em relação à castração, 81,82% (18/22) dos protetores participam de campanhas de castração e apenas 18,18% (4/22) não participam.

As causas que mais influenciam para o crescimento demográfico de cães e gatos são a falta de conscientização sobre a guarda responsável e a falta de legislações eficazes no que diz respeito à criação e ao comércio desses animais. O outro fator importante para o descontrole reprodutivo é o comércio dessas espécies, não apenas pela venda indiscriminada, mas também pela falta de normas legislativas que propiciem melhorias nas condições de comércio, de criação desses animais, na determinação de idades mínima e máxima de reprodução e de registro das vendas, a fim de melhorar o bem-estar dos animais.

No que diz respeito às legislações, atualmente existem leis direcionadas à guarda responsável, como por exemplo, a Lei Municipal nº 13.131, de 18 de maio de 2001, conhecida

como “Lei Tripoli”, do município de São Paulo/SP, que prevê o controle reprodutivo de cães e gatos e educação para a guarda responsável (LIMA; LUNA, 2012).

Na cidade de Muriaé/MG, foi criada a Lei nº6.349, de 06 de abril 2022, que institui a Política Municipal do Controle de Natalidade de Cães e Gatos:

Art.1º: Fica instituído no Município de Muriaé o controle de natalidade de cães e gatos que será regido de acordo com o estabelecido nesta lei, mediante o emprego de esterilização cirúrgica ou outra forma de interrupção de fertilidade ou de controle de reprodução, mediante avaliação do médico veterinário.

Art.2º: Fica proibida a prática de extermínio de cães e gatos saudáveis como método de controle populacional e sanitário.

Art.3º: O controle de natalidade de cães e gatos será promovido pelo Centro de Controle de Zoonoses e através de programas de mutirões diários para a castração gratuita de animais denominado Castramóvel.

Art.4º: O poder público promoverá campanhas educativas de conscientização da necessidade da proteção, da identificação e do controle populacional de cães e gatos (...)

III - a importância da guarda responsável de cães e gatos, levando em consideração as necessidades físicas, biológicas e ambientais desses animais, bem como a manutenção da saúde pública e do equilíbrio ambiental;

IV - a proteção, a prevenção e a punição de maus-tratos e de abandono de cães e gatos; e
V - os benefícios da adoção de cães e gatos.

A OMS não considera o abate de animais como a forma mais eficaz para o controle populacional de cães e gatos. Segundo a entidade, a longo prazo, a educação sobre a guarda responsável, aliada ao controle da reprodução por métodos cirúrgicos, são as estratégias mais eficazes para o controle populacional desses animais (OMS, 1990).

As ONGs e os protetores desempenham importante papel para a comunidade e para o Estado, no que diz respeito ao controle populacional de cães e gatos, visto que essas entidades resgatam esses animais e os castram, na maioria das vezes, prevenindo, assim, o aumento do número da população desses animais, além de possíveis zoonoses.

Em relação às campanhas de adoção de animais, 85,71% (18/21) dos participantes responderam que participam ou promovem campanhas de adoção. Desses, 100% usam as redes sociais para divulgar e promover suas campanhas.

Segundo Pastori e Matos (2015), o surgimento e aumento do mercado voltado aos animais devem-se ao aumento do número de animais nos lares. Porém, na mesma proporção, vem aumentando também o número de animais abandonados e, conseqüentemente, disponíveis para adoção. O autor destaca que, da mesma forma que os animais podem ser amados, eles também são descartados, levando ao aumento da população de animais não só nas residências, como também nas ruas. É nesse ponto que ocorre o trabalho de ONGs e protetores dispostos a resgatá-los.

Ainda, assim como na adoção de crianças, onde há a preferência por bebês recém nascidos, do sexo feminino e da cor branca, o mesmo ocorre com os animais que estão disponíveis para adoção, cuja preferência é de animais de pequeno porte e filhotes.

De acordo com Silva et al. (2013), destaca-se a importância das ONGs e dos protetores no processo de adoção, pois além de divulgar esse serviço, o esclarecimento sobre a adoção consciente e responsável é de suma importância no destino final destes animais, visto que o convívio e os cuidados aumentam ao longo do tempo.

Segundo Lewgoy et al. (2015), os protetores têm se esforçado para institucionalizar seus trabalhos, criando questionários e contratos de adoção, que se assemelham aos protocolos de adoção de crianças humanas. Assim, a adoção de animais vem se tornando uma política pública não estatal implementada pelos protetores, que se inspiram nas políticas de proteção à infância humana.

Michelsen de Andrade e Faraco (2017) defende a ideia de que a principal estratégia de controle populacional de cães e gatos tem sido focada na realização de campanhas de castração e adoção. Ainda, as autoras defendem a ideia de que um programa de educação antes da adoção, voltado para a escolha do animal e adotante mais adequado um para o outro, pode propiciar a redução da taxa de abandono.

Em seu trabalho, Evangelista et al. (2019) demonstrou que as mídias sociais, quando bem estruturadas, são um importante recurso a ser empregado para divulgar temas sobre a causa animal, como práticas que incentivam a adoção de animais abandonados e também informações que visam educar a população sobre o abandono e guarda responsável. Porém, seu trabalho concluiu que as mídias sociais, embora eficientes, sozinhas são apenas um dos meios de canais para adoção, fazendo-se necessárias, também, ações físicas de divulgação bem planejadas e de grande impacto para que haja um maior número de adoções de animais.

No gráfico abaixo (Figura 7), observa-se as formas de divulgação de campanhas de adoção. 85,71% (18/21) utilizam as redes sociais como principal método de divulgação. Outras formas utilizadas são: promoção de eventos de adoção (19,05%; 4/21); uso de faixas (4,76%; 1/21); e visitas ao abrigo (4,76%; 1/21). Os quatro entrevistados que não responderam a essa pergunta, não realizam nenhum tipo de campanha de adoção.

A quantidade de atividades de divulgação excedeu o n amostral de 22 ONGs e protetores, pois eles podem executar mais de uma categoria de atividades.

Figura 7 – Divulgação de campanhas de adoção



(*) – Quatro protetores não responderam esta pergunta.

No que diz respeito ao tipo de instituição procurada pelos protetores para atendimento dos animais, 72,73% (16/22) dos entrevistados alegaram procurar atendimento em clínica ou hospital veterinário particular. 13,64% (3/22) realizam o atendimento dos animais; 9,09% (2/22) recorrem ao atendimento do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) da PBH; e 4,54% (1/22) procuram atendimento em hospital veterinário público.

Como já discutido anteriormente, sabe-se que a principal fonte de renda das ONGs e dos protetores é proveniente de doações. Na maioria das vezes, todo o dinheiro arrecadado não é o suficiente para suprir todas as necessidades desses animais, como, por exemplo, as despesas com o atendimento veterinário.

Uma medida que ajudaria a amenizar esses custos de atendimentos aos animais resgatados seria a criação de convênios entre as entidades públicas e clínicas veterinárias particulares, onde o serviço oferecido teria nenhum ou um baixo custo para os protetores.

Outra medida que contribuiria para amenizar esses gastos seria a criação de hospitais veterinários públicos. A criação desses hospitais é de extrema importância, visto que o número de animais abandonados ou cuidados por ONGs e protetores, além dos que são cuidados por pessoas de baixa renda, é muito grande e cresce a cada dia mais. Esses hospitais devem ter como objetivo

a promoção da saúde pública, o aumento do controle de zoonoses e a diminuição da precariedade de condições de cuidados para com os animais.

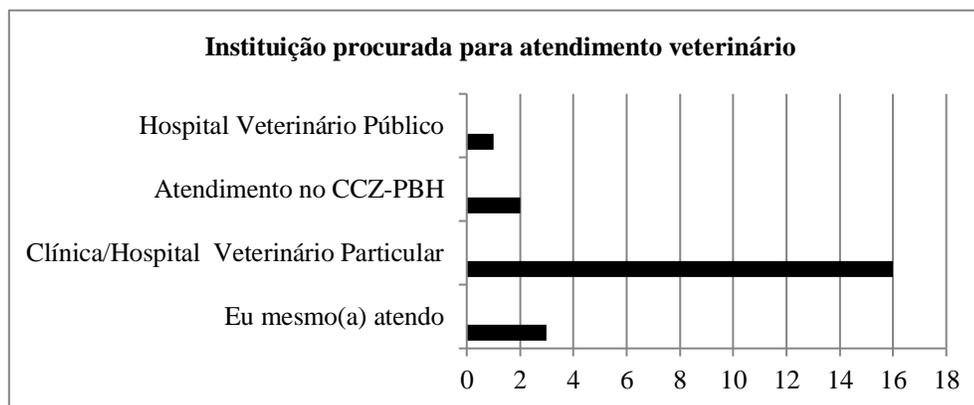
A cidade de Belo Horizonte já fornece o serviço público de atendimento veterinário. Segundo a PBH, o atendimento é destinado a animais tutelados por população de baixa renda cadastrada no Cadúnico em Belo Horizonte, bem como ONGs que trabalham na proteção animal e com endereço em Belo Horizonte (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2023).

A criação e expansão desses hospitais se faz necessário devido principalmente pela crescente quantidade do número de abandonos de cães e gatos e também pelo alto custo com tratamentos veterinários, como consultas, cirurgias e medicações.

Nota-se, assim, que a criação de hospitais veterinários públicos podem auxiliar tanto pessoas carentes que possuem animais de estimação, quanto as ONGs e protetores de resgate de animais de rua, fornecendo tratamento adequado para esses animais.

O gráfico a seguir (Figura 8) mostra as instituições procuradas pelos protetores para atendimento veterinário dos animais.

Figura 8 – Instituição procurada para atendimento veterinário



Com relação às vacinas aplicadas regularmente nos animais (Figura 9), 31,58% (6/19) fazem o uso da óctupla ou déctupla canina ou contra Giárdia, 31,58% (6/19) fazem uso apenas da tríplice felino, 26,31% (5/19) utilizam apenas a vacina antirrábica e 10,53% (2/19) vacinam os animais com a antirrábica e a óctupla canina.

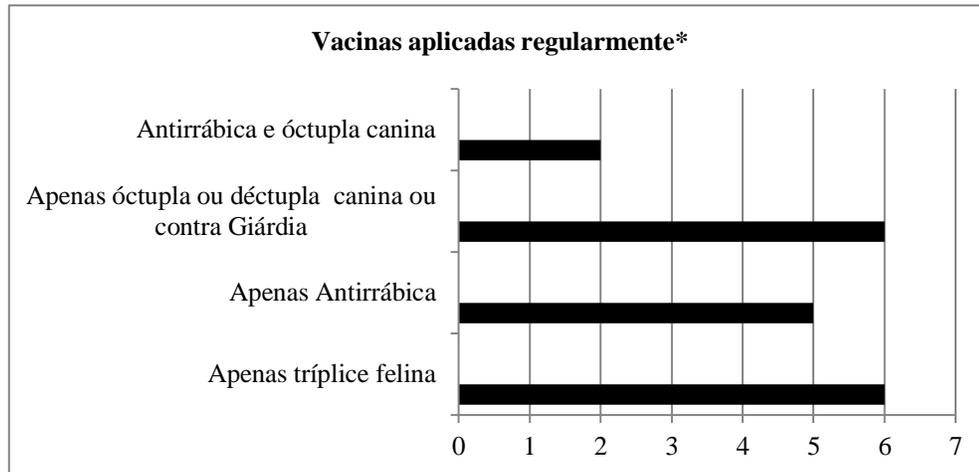
O objetivo primário quando se implementa um protocolo vacinal para animais abrigados é o de estabelecer e manter uma consistente imunidade “populacional”, além de promover a proteção individual de cada animal (GARCIA; CALDERÓN; BRANDESPIM, 2019).

As vacinas recomendadas para cães a partir do momento em que são resgatados são: vacina contra cinomose; vacina contra hepatite infecciosa canina contendo Adenovírus tipo 2 e vacina contra a parvovirose canina. Em relação aos felinos, as vacinas essenciais são aquelas que protegem contra a rinotraqueíte infecciosa (herpesvírus felino), calicivirose felina (calicivírus felino) e panleucopenia felina (parvovirose felina) (GARCIA; CALDERÓN; BRANDESPIM, 2019).

Também, os protetores devem se preocupar com a doença da raiva. A raiva é uma zoonose de grande importância, transmitida pelo contato direto com animais infectados pelo vírus do gênero *Lyssavirus*. É uma doença negligenciada e prevenível, sendo a vacinação em massa de cães e gatos um fator de grande importância para controlar e eliminar a raiva em áreas urbanas (BOCCHI, 2017).

Em Minas Gerais, um convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e entidades para o bem-estar animal no estado vacinou cerca de 5 mil cães da população de baixa renda e de rua, tutelados por protetores e ONGs. Esses animais foram vacinados com a óctupla canina, que protege os animais contra a cinomose, a parvovirose, a leptospirose, a parainfluenza, a coronavirose, a adenovirose e a hepatite infecciosa. Além disso, foram distribuídas 9 mil doses de vermífugos para cães e gatos (PORTAL MEIO AMBIENTE MG, 2022).

A vacinação e a vermifugação são de grande importância para a prevenção de doenças que afetam os cães e gatos. Vacinar esses animais é essencial para manter o equilíbrio entre a saúde animal, humana e do meio ambiente, além de ser uma responsabilidade em saúde pública.

Figura 9 – Vacinas aplicadas regularmente

(*) - Três protetores não responderam esta pergunta.

Quanto às enfermidades que acometiam os animais abrigados, foi perguntado sobre quatro doenças em específico, sendo elas a FeLV (vírus da leucemia felina), a FIV (vírus da imunodeficiência felina), a leishmaniose e a esporotricose. A distribuição das respostas foi a seguinte: 50% (10/20) dos entrevistados responderam que mantinham animais com leishmaniose apenas; 20% (4/20) possuíam animais apenas com FeLV; (2/10) 10% abrigavam animais com FeLV e esporotricose; (1/20) 5% cuidavam de animais com FIV e FeLV; outros (1/20) 5% mantinham animais com FeLV e leishmaniose; e 10% (2/20) dos entrevistados responderam não haver animais abrigados com essas doenças.

As doenças infecciosas representam uma das principais casuísticas na clínica de cães e gatos. Microrganismos como fungos, bactérias, vírus e protozoários podem infectar esses animais isoladamente ou em associação, colocando em risco a vida do animal. Em ambientes com um grande número de animais, como pode ocorrer nos abrigos, essas doenças podem ser intensificadas por diversos fatores, como àqueles relacionados ao ambiente, ao status imune dos animais e às características epidemiológicas dos agentes envolvidos.

Segundo Garcia et al. (2019), ao serem resgatados e encaminhados às ONGs, os animais saudáveis e doentes compartilham ambientes que propicia a difusão de doenças infecciosas. Em situações semelhantes, pessoas que transformam suas casas em abrigos improvisados também proporcionam o mesmo risco.

O vírus da imunodeficiência felina (FIV) é um retrovírus do gênero *Lentivirus*, e possui a capacidade de realizar a transcrição reversa, que é uma característica da família Retroviridae. A principal forma de transmissão se dá pelo contato direto, através da saliva e ferimentos durante brigas, que ocorrem por defesa de território ou durante o período reprodutivo. Os animais infectados ficam suscetíveis a infecções oportunistas secundárias, devido à imunossupressão, fazendo com que o animal adoça com facilidade, tendo dificuldade para se recuperarem (FÉLIX; BRITO; TORRES, 2017).

O vírus da leucemia felina (FeLV) pertence ao gênero *Gammaretrovirus* da família Retroviridae; é um retrovírus RNA de fita simples e envelopado que acomete felinos domésticos. A principal via de infecção é a exposição oronasal ao vírus, que pode estar presente na saliva, secreção nasal, urina, fezes e leite (WILLETT, 2013).

Apesar do grande número de estudos, a prevalência de FIV e FeLV em gatos domésticos ainda é imprecisa, devido a vários fatores como o regime voluntário de testagem dos animais, a falta de uma base de dados que permita o registro dos resultados, além das várias formas de diagnóstico utilizadas que, por muitas vezes, se limita ao uso de testes rápidos menos sensíveis.

A leishmaniose é uma doença causada pelos protozoários do gênero *Leishmania* sp., que apresenta como hospedeiro principal os cães. Sua transmissão ocorre através da picada da fêmea dos vetores flebotomíneos, tendo como a principal espécie transmissora o *Lutzomyia longipalpis* (BRASIL, 2016).

A leishmaniose visceral apresenta grande importância para a saúde pública, pois é considerada uma zoonose que pode apresentar graves repercussões clínicas, tornando-se uma das doenças mais importantes da atualidade.

De acordo com a Vigilância em Saúde, a leishmaniose visceral é a forma mais prevalente e grave, sendo o Nordeste a região mais afetada (56,73%), seguida pela região Sudeste (19,53%) (Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral, 2006).

A esporotricose é uma micose subcutânea, de caráter subagudo ou crônico, causada por fungos do gênero *Sporothrix*. Sua transmissão ocorre através da contaminação de ferimentos abertos ou inoculação do fungo na pele e mucosas, através de traumas causados por espinhos, farpas de madeira, arranhaduras e mordeduras, com envolvimento dos tecidos cutâneo e subcutâneo (DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, 2022).

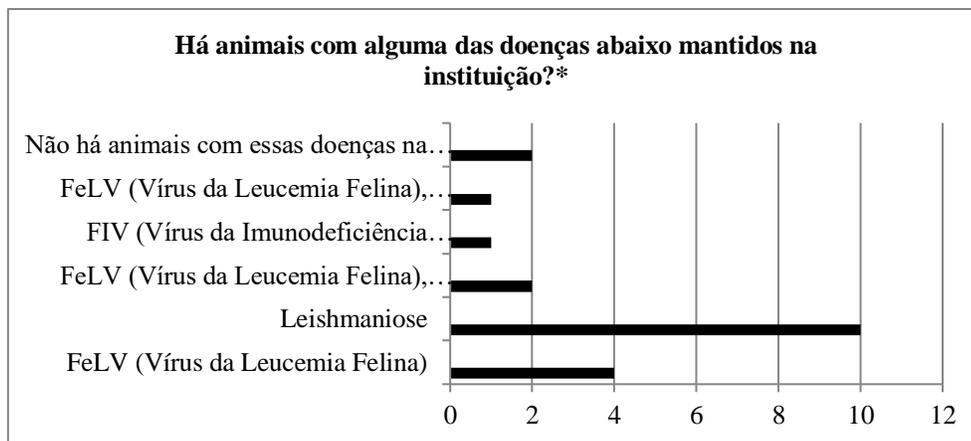
A ocorrência dessa doença está cada vez mais relacionada à transmissão zoonótica, principalmente por felinos infectados e, ocasionalmente, por cães. A infecção de felinos pode ocorrer, também, por contato com solo, a partir do ato de escavar e encobrir seus dejetos com terra, além do contato com vegetais secos que podem servir como locais de afiação de unhas de animais errantes (DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, 2022).

O conceito de One Health vindo sendo discutido e disseminado entre os profissionais que atuam sobre zoonoses, onde a integração entre saúde humana, animal e ambiental tem como objetivo reduzir os riscos relacionados a essas doenças (FAO; OIE; WHO; UNSIC; UNICEF, 2008).

Sua implementação em políticas públicas pode aumentar a eficiência das ações de controle e prevenção dessas doenças, pois o trabalho em conjuntos pode reduzir a sobreposição de ações entre os setores da saúde pública, saúde ambiental e saúde animal (BAUM et al., 2017)

Atualmente o que se vê são animais resgatados, saudáveis e doentes, compartilhando os mesmos ambientes, propiciando a difusão de doenças infecciosas, inclusive aquelas que são zoonoses. No Brasil, se faz cada vez mais necessário que as ONGs de proteção animal sejam apoiadas por políticas públicas, não só para auxiliá-los na proteção animal, mas também para capacitá-los a levarem a educação ambiental e sanitária a toda a comunidade a que eles pertencem, contribuindo, assim, para a redução dessas doenças que afetam não só os animais, mas também a saúde humana. Os resultados podem ser observados no gráfico a seguir (Figura 10):

Figura 10 – Há animais com alguma das doenças abaixo mantidos na instituição?*



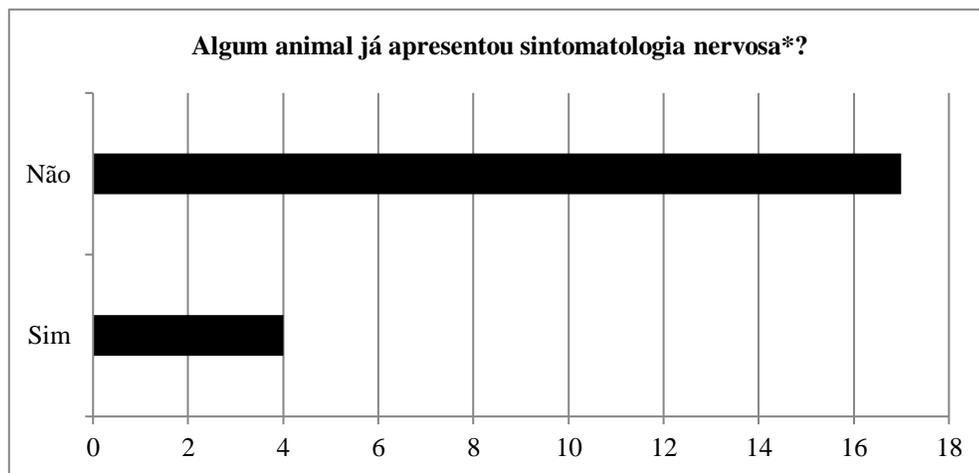
(*) - Dois protetores não responderam esta pergunta.

Em relação à sintomatologia nervosa entre os animais (Figura 11), 80,95% (17/21) dos entrevistados responderam que não houve a presença de sintomas nervosos. 19,05% (4/21) relataram a presença de sintomatologia entre os animais.

O trabalho realizado por Zamboni et al. (2017) identificou as principais doenças diagnosticadas em cães com sinais clínicos neurológicos, sendo que as principais causas de alterações neurológicas foram as doenças virais (54,8% dos casos), com destaque para a cinomose e a raiva.

Segundo Pellegrino et al. (2011), as doenças que afetam o sistema nervoso central (SNC) de cães e gatos podem ser de causas infecciosas, congênicas, degenerativas, idiopáticas e neoplásicas, sendo que em cães as doenças de origem idiopáticas são as mais comuns, como a epilepsia e as neoplasias cerebrais, seguidos pelas enfermidades infecciosas, como a cinomose e as doenças degenerativas. Em felinos, as doenças neurológicas mais frequentes são as congênicas, as degenerativas e as infecciosas, como a peritonite infecciosa felina, a toxoplasmose e a criptococose, além das neoplásicas, como o linfoma (BRADSHAW et al., 2004).

Figura 11 – Algum animal já apresentou sintomatologia nervosa?



(*) - Um protetor não respondeu esta pergunta.

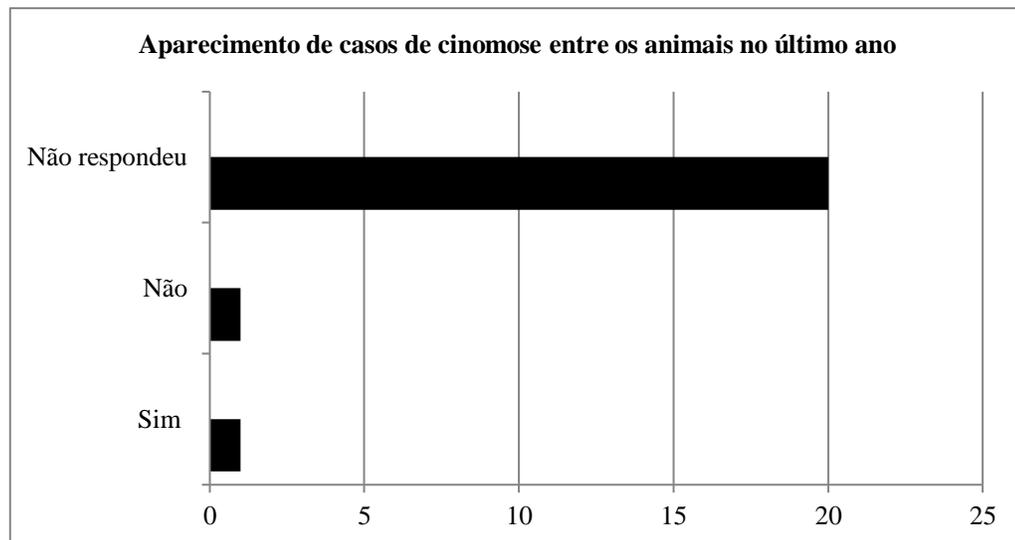
Em relação à presença da cinomose entre os animais no último ano (Figura 12), 90,91% (20/22) dos entrevistados não responderam a essa pergunta. 4,55% (1/22) alegou não ter tido a doença presente entre os animais e 4,55% (1/22) respondeu que houve casos da doença no último ano.

A cinomose, como é conhecida no Brasil, causada pelo vírus CDV, ou Canine Distemper Virus, é uma doença infectocontagiosa de grande importância. Sua transmissão ocorre exclusivamente entre os cães, principalmente através do trato respiratório, podendo se apresentar sob as formas sistêmica e neurológica. É uma doença de grande desafio para o médico veterinário, pois muitas vezes seu diagnóstico é incerto ou baseado em fatores clínicos (AMARAL; ANTUNES; LAUTERT, 2018).

Pôde-se observar o número expressivo de protetores que não responderam à pergunta. Por ser uma doença com sinais clínicos variados, apesar do seu alto contágio e gravidade, pode haver um desconhecimento sobre ela por parte da população. O entendimento dessa doença se torna cada vez mais importante, a fim de impedir a propagação entre os cães e melhorar a eficácia no diagnóstico.

A melhor forma de prevenir a doença é através da vacinação dos cães saudáveis, a partir dos 45 dias de vida e com reforço anual. Também, é necessário que haja maior disseminação de informações sobre essa grave doença, a fim de educar não só os tutores, mas também todos aqueles que de alguma forma convivem com os cães, incluindo os protetores e as ONGs de proteção animal.

Figura 12 – Aparecimento de casos de cinomose entre os animais no último ano



Em relação ao surgimento recente de sintomas intestinais, observa-se no gráfico abaixo (Figura 13) que 42,86% (9/21) dos entrevistados relataram a ocorrência, enquanto 57,14% (12/21) alegaram não ter ocorrido.

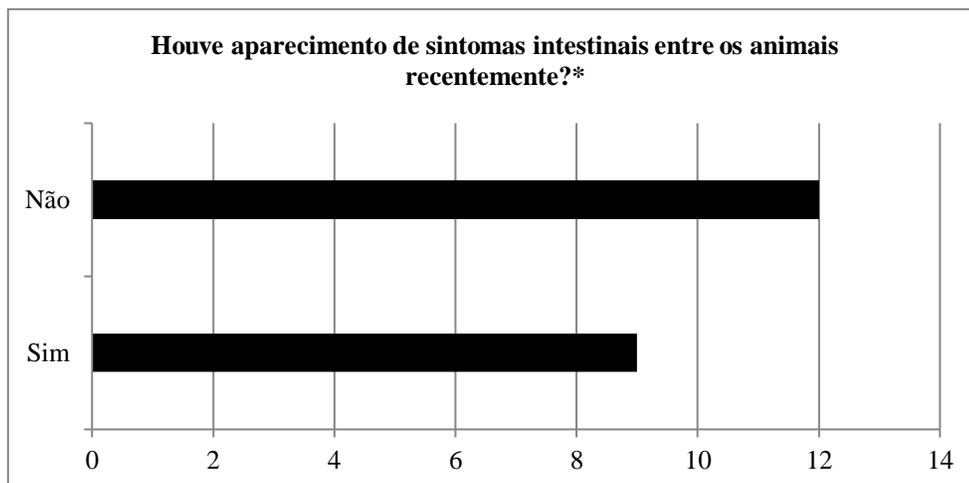
De acordo com Funada et al. (2007), as parasitoses intestinais causadas por helmintos e protozoários estão entre as doenças mais comuns em caninos e felinos, sendo mais graves em animais jovens ou imunocomprometidos, podendo causar vômito, diarreia, anemia, má absorção e perda de peso.

Um estudo realizado por Ferraz et al. (2019), com 737 amostras de fezes de cães e gatos, mostrou que 470 (63,77%) foram positivas para pelo menos um gênero de parasito intestinal. O parasito encontrado com maior frequência nas fezes foi o *Ancylostoma* spp. A principal associação parasitária encontrada foi de *Ancylostoma* e *Trichuris* e *Ancylostoma* e *Toxocara*.

É importante ressaltar que no homem, o *Ancylostoma* causa inflamações cutâneas, denominada larva migrans cutânea, que é uma dermatozoonose popularmente conhecida como bicho-geográfico.

Em medicina veterinária e em saúde pública, as parasitoses intestinais de cães e gatos são de grande importância, visto que esses animais podem ser reservatórios para os humanos. Fatores demográficos, ambientais, de manejo e o estado imunológico devem ser levados em consideração para a ocorrência dessas parasitoses. Assim, a associação desses fatores com a presença dos parasitos é de grande importância para a elaboração de estratégias de controle e prevenção. A falta de manejo adequado dos animais e do ambiente, além de tratamento periódico dos animais, está diretamente relacionada com o modo em que as disseminações parasitárias podem ocorrer.

Figura 13 – Houve aparecimento de sintomas intestinais entre os animais recentemente?*



Ainda em relação às enfermidades do trato gastrointestinal, pode-se citar, também, as causadas por vírus, como é o caso do parvovírus canino (CPV).

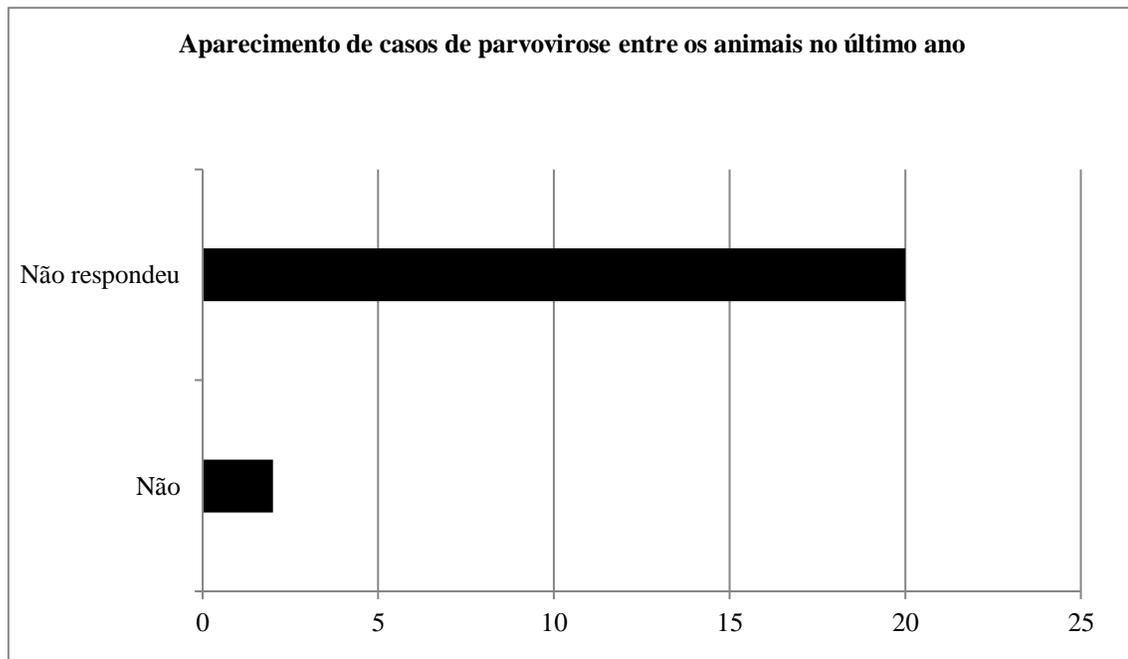
A parvovirose é uma doença infectocontagiosa comum em cães e, embora as vacinas sejam eficazes e seguras para os cães, essa doença é uma das principais causas de morbidade e mortalidade em filhotes com menos de 6 meses de idade. No entanto, cães de qualquer idade podem apresentar a doença (MYLONAKIS et al., 2016).

Quando perguntado sobre o aparecimento de parvovirose entre os cães no último ano, apenas 9,09% (2/22) responderam não haver. 90,91% (20/22) não responderam a essa pergunta.

O desconhecimento sobre a doença e seus sinais clínicos pode, por muitas vezes, confundir os tutores. Dessa forma, ressalta-se a importância da educação ambiental, pois se trata de uma doença de grande importância na medicina veterinária, uma vez que ela é altamente contagiosa e pode levar o animal infectado rapidamente ao óbito.

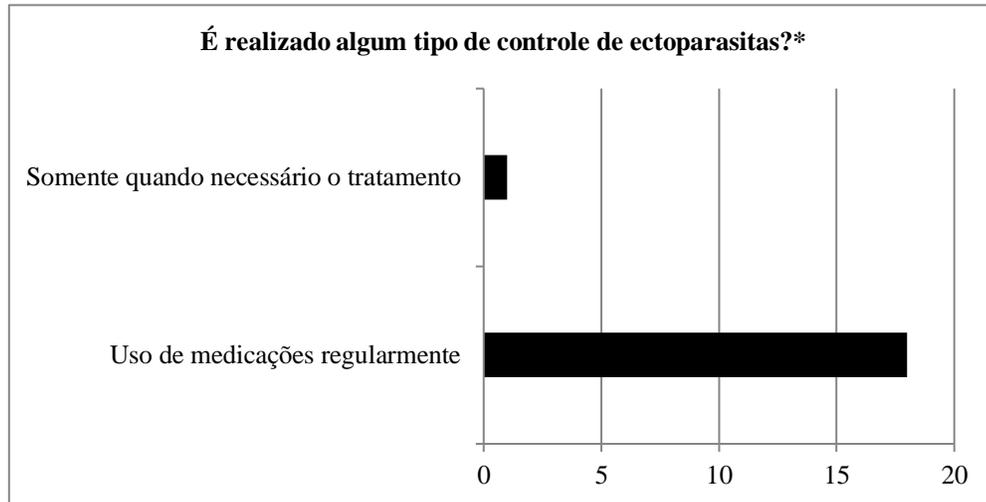
O gráfico a seguir (Figura 14) mostra as respostas obtidas em relação à parvovirose entre os animais.

Figura 14 – Aparecimento de casos de parvovirose entre os animais no último ano



O gráfico a seguir (Figura 15) representa o controle de ectoparasitas realizado pelos protetores.

Figura 15 – É realizado algum tipo de controle de ectoparasitas?



(*)- Três protetores não responderam a essa pergunta

Observa-se que 94,74% (18/19) dos entrevistados responderam fazer uso regular de medicações. 5,26% (1/19) só faz uso de medicações quando é necessário algum tipo de tratamento.

Os carrapatos são o principal grupo de ectoparasitas amplamente distribuídos sobre vários hospedeiros e diferentes tipos de ambientes. Por serem hematófagos, são vetores de importantes doenças, como zoonoses, causando problemas de saúde pública.

As ectoparasitoses em cães podem trazer graves danos à saúde dos animais e dos humanos. De acordo com Silva et al. (2014), a erliquiose, a babesiose e a hepatozoonose caninas são as doenças transmitidas por carrapatos mais prevalentes, mas também podem estar relacionados à transmissão de anaplasmose, borreliose, febre maculosa e leishmaniose. Os carrapatos *Rhipicephalus sanguineus* são os que mais acometem os cães, sendo os mais difundidos mundialmente, seguidos das pulgas *Ctenocephalides felis felis* (TAYLOR et al., 2017).

Atualmente, há diversas medidas de controle desses ectoparasitas, como coleiras e inseticidas, necessitando ter cuidado com reações tóxicas e alérgicas. Também, é necessário a limpeza do ambiente em que os animais vivem, uma vez que parte do ciclo de alguns ectoparasitas ocorre nele, como é o caso das pulgas.

O uso de medicamentos exclusivamente na infestação dos animais vem se mostrando ineficaz, pois apesar da sua eficiência em relação à letalidade das pulgas, quando estas já estão mortas, já se alimentaram de quantidades razoáveis de sangue do hospedeiro. Um fator moderno e importante para o controle desses ectoparasitas é a capacidade dos inseticidas reduzirem a produção de ovos e, conseqüentemente, o sucesso reprodutivo. (DRYDEN, 2009). Ainda segundo o autor, em relação ao controle de carrapatos, um dos principais desafios do controle está relacionado à reinfestação, uma vez que a maioria dos carrapatos que estão em reprodução não se encontra nos animais, mas sim no ambiente. Dessa forma, é sempre necessário tratar os animais, e não se esquecer de tratar também o ambiente.

Para que haja um controle eficiente desses e de outros ectoparasitas relevantes para a saúde pública, é necessário que os médicos veterinários sejam capazes de educar tutores, protetores e ONGs sobre o uso correto das medicações, tanto nos animais, quanto no ambiente, uma vez que esses tratamentos são feitos, muitas vezes, de forma errônea. Ainda, o uso de medicamentos, seja qual for, deve sempre ser acompanhado pelo médico veterinário, a fim de evitar prejuízos à saúde do animal e ao ambiente, além de prejuízos econômicos.

6 CONCLUSÕES

A convivência com os cães e gatos pode trazer diversos benefícios aos seres humanos. Porém, o desconhecimento sobre a guarda responsável, a criação inadequada dos animais, a baixa instrução de grande parte da população sobre os cuidados corretos para com esses animais, associado à falta de legislação, comprometem diretamente o bem-estar desses, afetando os padrões do crescimento populacional de cães e gatos, além de possibilitar o aumento nas taxas de transmissão de doenças e de abandono.

A literatura escassa sobre as características ambientais dos abrigos e os aspectos socioeconômicos das ONGs e dos protetores de animais é um fator dificultador e desafiante para a produção de novos trabalhos científicos e também para a elaboração de leis que os auxiliem. É urgente a necessidade de se valorizar o trabalho realizado por esses protetores, através da criação de políticas públicas que os amparem. Ainda, é fundamental que haja uma educação ambiental da população mais eficaz, além de leis mais severas para o ato do abandono e maus-tratos, a fim de se valorizar a vida e o bem-estar dos animais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Aline Ditadi do.; ANTUNES, Mayara Borges.; LAUTERT, Claudia. **Surto de cinomose em abrigo municipal em Farroupilha-RS**. Relato de caso. VI CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FSG. Caxias do Sul, 2018.

ARRUDA, E.C. et al. Características relevantes das instalações e da gestão de abrigos públicos de animais no estado do Paraná, Brasil, para o bem-estar animal. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v.71, n.1, p.232-242, 2019.

BARROSO, J. E. M. et al. Controle populacional de cães: uma revisão integrativa. **Revista Multidisciplinar Faculdade do Noroeste de Minas**, Ano XIII, vol. 19 – Ago - Dez 2019
BRASIL. Ministério da Saúde. Brasil atento a Raiva Humana, 2011. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=25213>.

BAUM, S.E., et al. **Evaluating One Health: Are we demonstrating effectiveness?** One Health. 1º de junho de 2017;3 (Supplement C):5-10.

BEGALLI, J. H. **Manejo populacional de cães e gatos: análise do controle reprodutivo em Belo Horizonte – Minas Gerais**. 2020. 136 f. Tese (Doutorado em Ciência Animal) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35217/1/TESE_formatada2020.pdf.

BOCCHI, M. R. **Campanha antirrábica canina e felina: a importância da equipe de trabalho: recursos utilizados e resultados obtidos pelos municípios no desenvolvimento da campanha antirrábica canina e felina na região de São José do Rio Preto/SP, Brasil, no período de 2009 a 2013**. Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP. São Paulo: Conselho Regional de Medicina Veterinária, v. 15, n. 2, p. 8-16, 2017.

BRADSHAW, J.M.; PEARSON, G.R.; GRUFFYD-JONES, T.J. **A retrospective study of 286 cases of neurological disorders of the cat**. **Journal of Comparative Pathology**, v.131, n.2/3, p.112-120, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm>. Acesso em 13 agosto 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/legislação/const/con1988/CON1988_13.07.2010/art_225_.shtm> . Acesso em 29 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil atento a Raiva Humana**, 2011. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=25213>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde**. 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 773p., 2016. Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral**. 122 p. Brasília, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_controle_leishmaniose_viscerai_1_educacao.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**, 121 p. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/zoonose/manual-zoonoses-normas-2v-7julho16-site.pdf/view>. Acesso em: 5 dez. 2022.

BROOM, D. M.; FRASER A. F. **Comportamento e bem-estar de animais domésticos**. Manole – 4ª edição – SP – 438 p, 2010).

CATAPAN, D. C. **Características das Organizações Não Governamentais (ONGs) de proteção animal e políticas públicas de controle populacional de cães e gatos do estado do Paraná**. 2018. 103 f. Tese (Doutorado em Ciência Animal) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6423792.

CONDE, P. S. **Justiça ambiental e a necessidade de realização de políticas públicas de destinação digna aos animais abandonados em apoio ao trabalho das Organizações Não Governamentais**. Anais: II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, 2017.

CORRÃO, G. et al. Capture-recapture methods to size alcohol related problems in a population. **J Epidemiol Community Health**. 2000;54(8):603-10.

COSTA, D. R. L. F. et al. O Direito dos Animais de Companhia. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 13, n. 2, p. 24-39, 2018.

DINIZ, M. H. Ato de crueldade ou de maus tratos contra animais: um crime ambiental. **RBDA**. v. 13, n. 01, p. 96-119, 2018.

DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. **Protocolo Estadual Esporotricose Humana e Animal**. Santa Catarina, janeiro de 2022. Disponível em:

<https://dive.sc.gov.br/phocadownload/doencas-agrivos/Esporotricose/Publicacoes/Protocolo-Esporotricose-28-03-2022.pdf> Acesso em: 24 de jun. 2023.

DRYDEN, Michael Wayne. **Flea and tick control in the 21st century: challenges and opportunities.** Veterinary Dermatology, Malden, v. 20, n. 5-6, p.435-440, 2009.

DUARTE, R. H. A. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas no Brasil – 1926-1945.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

DUNN, J. e ANDREOLI, S. B. **Método de captura e recaptura: nova metodologia para pesquisas epidemiológicas.** Rev. Saúde Pública. v. 28, n.06, p. 449-53, 1994.

EVANGELISTA, A., et al. **Adoção animal IFC: incentivando a adoção de animais abandonados.** Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense, Blumenau, n. 11, p. 58–64, 2019.

Exposição de comedouros para aves. Correio Paulistano, São Paulo, n.23, p.6, 1930.

FAO; OIE; WHO; UNSIC; UNICEF. **Contributing to One World, One Health.** Vol. 1., 68p., 2008.

FÉLIX, L. S.; BRITO, R. A.; TORRES, A. P. C. **O vírus da imunodeficiência felina e a da leucemia viral felina.** Conexão Eletrônica, Três Lagoas, v.14, n.1, p.620-628, 2017. Disponível em:<http://revistaconexao.aems.edu.br/wpcontent/plugins/download%20attachments/includes/download.php?id=1554>. Acesso em: 29 de jun. 2023.

FERRAZ, A., et al. **Frequência de parasitos intestinais, em amostras de fezes de cães e gatos, recebidas no laboratório de doenças parasitárias da UFPel, entre os anos de 2015 e 2016.** Medicina Veterinária (UFRPE), Recife, v.13, n.1(jan-mar), p.38-42, 2019.

FUNADA, M.R., et al. **Frequency of gastrointestinal parasites in dogs and cats referred to a veterinary school hospital in the city of São Paulo.** Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia. 2007;59(5):1338-40, 2007.

GARCIA, R. de C. M; CALDERÓN, N; BRANDESPIM, D. F. (org.). **Medicina Veterinária do coletivo:** fundamentos e práticas. São Paulo: Integrativa Vet, 2019.

GAZZANA, C. et al. Novas Configurações Familiares e Vínculo com Animais de Estimação em uma Perspectiva de Família Multiespécie. **III Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG – I Salão de Extensão & I Mostra Científica**, Caxias do Sul – RS, de 15 a 17 de setembro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde** 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 24 de jun. 2023.

IJUÍ. **Lei nº 5738, de 22 de março de 2014.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/i/ijui/lei-ordinaria/2013/573/5738/lei-ordinaria-n-5738-2013-disciplina-a-criacao-propriedade-posse-guarda-uso-e-transporte-de-animais-caninos-e-felinos-bem-como-estabelece-as-diretrizes-do-programa-de-controle-reprodutivo-de-caninos-e-felinos-no-municipio-de-ijui-e-cria-a-coordenadoria-de-protecao-ao-animal.html>>. Acesso em: 19 outubro 2022.

INSTITUTO PET BRASIL. Disponível em: <http://institutopetbrasil.com/fique-por-dentro/numero-de-animais-de-estimacao-em-situacao-de-vulnerabilidade-mais-do-que-dobra-em-dois-anos-aponta-pesquisa-do-ipb/> Acesso em: 24 jun. 2023.

JORNAL DA CIDADE DE ATIBAIA. **Danilo Manha consegue R\$ 78 mil para a Proteção Animal.** Atibaia, SP, 25 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.jcatibaia.com.br/site/noticia/geral/15751/danilo-manha-consegue-r-78-mil-para-a-protecao-animal.html>>. Acesso em: 21 outubro 2022.

KUZMA, Edson Luis.; SILVA, Adriana Queiroz.; VELOZO, Ana Carolina. **A implementação do marketing no terceiro setor:** o caso de uma ONG assistencialista de animais. Revista conexão, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, maio/ago. 2015.

LEWGOY, B.; SORDI, C.; PINTO, L. O. **Domesticando o Humano:** para uma antropologia moral da proteção animal. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 075–100, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n2p75>. Acesso em: 4 jul. 2023.

LIMA A. F. M.; LUNA S. P. L. **Algumas causas e consequências da superpopulação canina e felina:** acaso ou descaso?. Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP. São Paulo: Conselho Regional de Medicina Veterinária, v. 10, n. 1 (2012), p. 32–38, 2012.

LIMA, M. H. C. C. A. **Animais de estimação e civilidade:** a sensibilidade de empatia interespecie nas relações com cães e gatos. 2016. 363 f. Tese (Doutorado em Sociologia) -

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29552>. Acesso em: 5 dez. 2022.

MENEZES FILHO, A. S. **A construção de políticas públicas de proteção animal no Brasil: uma análise sobre os direitos dos animais sob o ponto de vista ético, jurídico e social.** 2015. 112f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/797>. Acesso em: 5 dez. 2022.

MICHELSEN, de A. F.; FARACO, C. **Prevenção do abandono de animais de estimação: a educação do tutor.** São Paulo: Conselho regional de medicina veterinária. V.1, n 1, 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Lei 21970, de 15 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos. Disponível em:
<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/21970/2016/?cons=1>. Acesso em: 06 dez 2022.

MINAS GERAIS. LEI Nº 23.863. **Acrescenta artigo à Lei nº 21.970, de 15 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos.** Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-23863-2021-minas-gerais-acrescenta-artigo-a-lei-n-21970-de-15-de-janeiro-de-2016-que-dispoe-sobre-a-protexao-a-identificacao-e-o-controle-populacional-de-caes-e-gatos> Acesso em: 24 jun. 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Lei 23863, de 30 de julho de 2021.** Acrescenta artigo à Lei nº 21.970, de 15 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23863/2021/>. Acesso em: 06 dez 2022.

MÓL, S.; VENANCIO, R. **A proteção jurídica aos animais no Brasil: uma breve história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MURIAÉ. LEI Nº 6.349/ 2022. **Institui a Política Municipal do Controle de Natalidade de Cães e Gatos e dá outras providências.** Disponível em:
<https://leismunicipais.com.br/a/mg/m/muriae/lei-ordinaria/2022/635/6349/lei-ordinaria-n-6349-2022-institui-a-politica-municipal-do-controle-de-natalidade-de-caes-e-gatos-e-da-outras-providencias> Acesso em: 24 de jun. 2023.

MYLONAKIS, M. E.; KALLI, I.; RALLIS, T. S.. **Canine parvoviral enteritis: an update on the clinical diagnosis, treatment, and prevention.** Veterinary Medicine: Research and Reports, v.7, p.91, 2016.

OIE. **Organização Mundial para Saúde Animal** [Internet]. Paris: World Organization for Animal Health; 2008. Disponível em:
http://www.oie.int/fileadmin/Home/esp/Internationa_Standard_Setting/docs/pdf/E_WG_AW_June_2008.pdf.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Guidelines for dog population management**. Geneva: WHO/WSPA, 1990.

OMS. **Organização Mundial da Saúde**. Zoonoses. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/zoonoses>>. Acesso em 01 de março de 2023.

OMS. **Organização Mundial da Saúde**. World Society For The Protection of Animals. Guidelines for dog population management. 1160, 1990. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/61417/WHO_ZOON_90.166.pdf.

OSTOS, N. S. C. **A luta em defesa dos animais no Brasil: uma perspectiva histórica**. Ciência e Cultura, v.69, n.2, 2017.

OSTOS, N. S. C. **O Brasil e suas naturezas possíveis (1930-1945)**. Revista de Indias, Madri, v. 72, n. 255, p. 581-614, 2012.

PASTORI, E. O.; MATOS, L. G. **Da paixão à “ajuda animalitária”**: o paradoxo do “amor incondicional” no cuidado e no abandono de animais de estimação. Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, Vitória, v. 3, n. 1, pp. 112-132, 2015.

PAUL, E. S., SERPELL, J. A. Childhood pet keeping and humane attitudes in young adulthood. **Animal Welfare**, 2(4), p. 321-337, 1993. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/233633883>. Acesso em: 5 dez. 2022.

PAULA, J. M. et al. **Perfil populacional de cães e gatos e bem-estar animal em Chapecó, SC**. Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal, v.12, n.4, p. 437 – 449, 2018.

PEDRASSANI, D. et al. Conhecimento sobre bem-estar e guarda responsável de cães e gatos domiciliados e semi-domiciliados. **Revista Ciência em Extensão –Universidade Estadual Paulista**. v. 13, n. 4, p. 55-63, 2017).

PELLEGRINO, F. C.; PACHECO, E. L.; VAZZOLER, M. L. **Caracterización de los trastornos neurológicos en los perros: 1652 casos (marzo 2008-junio 2010)**. Parte I. Revista Argentina de Neurología Veterinaria, v.2, n.1, p78-96, 2011.

PORTAL MEIO AMBIENTE. Convênio beneficia cerca de 5 mil animais de rua e da população de baixa renda em MG. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/5363-convenio-beneficia-cerca-de-5-mil-animais-de-rua-e-da-populacao-de-baixa-renda-em->

TAYLOR, M. A. et al. **Parasitologia Veterinária**. 4ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1052p., 2017.

TEIXEIRA, L. A.; SANDOVAL, M. R. C.; TAKAOKA, N. Y. **Instituto Pasteur de São Paulo: cem anos de combate à raiva**. Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos, n.11, v.3, 2004.

TOBE, T. C. et al. **Levantamento do perfil sanitário de cães e gatos resgatados, em situação de risco, das ruas do município de Cascavel – PR pela ONG “Sou Amigo” no período de agosto de 2015 a agosto de 2016**. Anais do 15º Encontro Científico Cultural Interinstitucional e 1º Encontro Internacional, 2017.

TOZZI, T.; NOGUEIRA, R.; ANDERLE, D.F. **Levantamento de tecnologias para ONGs de Proteção Animal para apoio ao resgate de animais domésticos acoplados ao ciclo de vida de um Sistema Web**. XV Workshop de Trabalhos de Iniciação Científica (WTIC 2018), Salvador, Brasil. Anais do XXIV Simpósio Brasileiro de Sistemas Multimídia e Web: Workshops e Pôsteres. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2018.

VIEIRA, A. M. L. Manejo de populações de cães e gatos como estratégia sanitária contra zoonoses urbanas. **Ciência Veterinária nos Trópicos**, v. 18, n. 2, p. 12, 2015.

WILLETT, B. J.; HOSIE, M. J. **Feline leukaemia virus: Half a century since its discovery**. The Veterinary Journal, v. 195, p.16-23, 2013.

World Veterinary Association. **WVA Fact Sheet on Owned and Unowned Free-Roaming Dogs**, 2017. Disponível em: <http://www.worldvet.org/news.php?item=306>.

ZAMBONI, R. **Doenças e/ou lesões que afetam o sistema nervoso central de caninos no sul do Rio Grande do Sul**. 2017. 52 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgveterinaria/files/2017/03/Rosimeri-Zamboni.pdf>.

APÊNDICE A – Pesquisa complementar ao cadastro de protetores de animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

04/07/23, 18:10 Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

Nosso projeto busca **apresentar informações** dos abrigos, animais e protetores para melhorar o banco de dados da Prefeitura de Belo Horizonte.

Trata-se de um projeto independente do cadastro solicitado pela PBH aos protetores de animais.

Este trabalho irá pesquisar alguns pontos que não são possíveis de serem alcançados apenas com os dados do cadastro solicitado pela PBH.

Estas informações serão usadas na produção de uma dissertação de Mestrado que irão colaborar no direcionamento de políticas públicas de suporte aos protetores de animais.

* Indica uma pergunta obrigatória.

https://docs.google.com/forms/d/186AHuP1ZFV5OR6V6M0U8jht7-mv8oygrvvc_34wdf7jbe1

1/13

04/07/23, 18:10 Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

serão encaminhados a PREFEITURA DE BELO HORIZONTE para direcionamento de ações que colaborem com a implementação de políticas públicas para a proteção do bem estar animal junto aos protetores.

A sra. (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto.

4. **Sobre os questionários:** O questionário será aplicado no formato autopreenchimento pelo Protetor (a) usando a ferramenta Google Forms.

5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o orientador e sua equipe de trabalho terão conhecimento dos dados.

7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa a sra. (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre os abrigos de proteção animal, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa colaborar com as políticas públicas para abrigos de proteção animal em Belo Horizonte, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

8. **Pagamento:** a sra. (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Pesquisador Principal: PROF MARCOS XAVIER SILVA 31 999289446

https://docs.google.com/forms/d/186AHuP1ZFV5OR6V6M0U8jht7-mv8oygrvvc_34wdf7jbe1

3/13

04/07/23, 18:10 Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Caracterização epidemiológica de abrigos e protetores de animais na cidade de Belo Horizonte.

Pesquisador Principal: PROF MARCOS XAVIER SILVA,

Pesquisadora Assistente: LISLIE STUART, MESTRANDA EM EPIDEMIOLOGIA

1. **Natureza da pesquisa:** A Sra. (Sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade conhecer os protetores de animais na cidade de Belo Horizonte – MG

2. **Participantes da pesquisa:**

Prof. Dr Marcos Xavier Silva – Coordenador da coleta de dados desta pesquisa e orientador

Lislise Stuart – Mestranda responsável pela coordenação da equipe.

Breno Lima - Graduando em Medicina Veterinária, responsável pelo conteúdo audiovisual.

Vinicius Amaral - Graduando em Medicina Veterinária, responsável pela coleta de dados

Fernanda Corrêa - Graduanda em Medicina Veterinária, responsável pela coleta de dados.

Laura Gomes - Graduanda em Medicina Veterinária, responsável pelas redes sociais.

Luiza Mendes - Graduanda em Medicina Veterinária, responsável pelas redes sociais.

Beatriz Verçosa - Graduanda em Medicina Veterinária, responsável pelo conteúdo audiovisual.

3. **Envio na pesquisa:** ao participar deste estudo a sra. (sr.) permitirá que os (as) pesquisadores (as) apliquem o questionário e avaliem os dados para divulgação das informações em canais científicos. Além disso, os resultados

https://docs.google.com/forms/d/186AHuP1ZFV5OR6V6M0U8jht7-mv8oygrvvc_34wdf7jbe1

2/13

04/07/23, 18:10 Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

Demais pesquisadores: LISLIE STUART 31 973164245

Deseja responder a esse questionário e autoriza o uso das informações pelo Laboratório de Epidemiologia da Escola de Veterinária da UFMG?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não, obrigado(a)

Dados do(a) protetor(a)

2. Nome de Registro:

3. Nome Social:

4. Qual sua idade?

5. CPF:

6. RG:

7. Telefone(s) para contato:

https://docs.google.com/forms/d/186AHuP1ZFV5OR6V6M0U8jht7-mv8oygrvvc_34wdf7jbe1

3/13

https://docs.google.com/forms/d/186AHuP1ZFV5OR6V6M0U8jht7-mv8oygrvvc_34wdf7jbe1

4/13

04/07/23, 18:10 Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

8. E-mail para contato:

9. Bairro onde reside

Pular para a pergunta 10

Informações sobre o trabalho realizado

10. Quantas pessoas são responsáveis atualmente pela equipe?

Marcar apenas uma oval.

- 1 a 3
 4 a 6
 6 a 8
 9 ou mais

11. A equipe é cadastrada na prefeitura?

Marcar apenas uma oval.

- Sim, por CPF
 Sim, por CNPJ
 Não possui cadastro

<https://docs.google.com/forms/d/186AHuP1ZFV5OR8b60MUqgltT-7m-f6oygrv34edit?pli=1>

5/13

04/07/23, 18:10 Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

12. Qual o trabalho de proteção animal realizado? Selecionar todas as opções que se aplicam

Marque todas que se aplicam.

- Resgate
 Lar temporário pago
 Lar temporário voluntário/solidário
 Transporte
 Apoio financeiro
 Denúncia de maus-tratos
 Capacitação
 Divulgação em redes sociais
 Atuação em colônia de gatos
 Atuação em situação de acumulação
 Castração (CED - Captura, Esterilização e Devolução ou RED - Resgate, Esterilização e Devolução)
 Outro: _____

13. Atua de forma voluntária?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

14. A equipe possui redes sociais? Quais?

Marque todas que se aplicam.

- Não possui
 Instagram
 Whatsapp
 Facebook
 Outro: _____

<https://docs.google.com/forms/d/186AHuP1ZFV5OR8b60MUqgltT-7m-f6oygrv34edit?pli=1>

6/13

04/07/23, 18:10 Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

15. Participa de algum grupo ou perfil de proteção animal em redes sociais ou é membro de ONG's e/ou de OSC's?

Marcar apenas uma oval.

- Não participo
 Sim, participo
 Outro: _____

16. Caso a resposta anterior seja afirmativa, citar os grupos dos quais é membro

17. Regional de Belo Horizonte no qual a instituição ou equipe atua (selecionar todas as zona de atuação da instituição):

Marque todas que se aplicam.

- Barreiro
 Centro-sul
 Leste
 Oeste
 Nordeste
 Noroeste
 Norte
 Pampulha
 Venda Nova

18. Atua em outro(s) município(o)s além de Belo Horizonte?

Marcar apenas uma oval.

- Não, apenas em Belo Horizonte
 Sim

<https://docs.google.com/forms/d/186AHuP1ZFV5OR8b60MUqgltT-7m-f6oygrv34edit?pli=1>

7/13

04/07/23, 18:10 Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

19. Caso atue em outro(s) município(o)s, citar:

20. Como as demandas por resgate animal chegam até você? (selecionar todas as opções que se aplicam)

Marque todas que se aplicam.

- Ligação/Chamados de pessoas/Whatsapp
 As pessoas levam os animais até minha Residência/Abriço
 Saio à procura nas ruas
 Observações de situações de sofrimento ou risco animal
 Outro: _____

21. Qual a fonte de renda da organização?

Marque todas que se aplicam.

- Doações
 Venda de produtos
 Outro: _____

22. Quando necessário atendimento veterinário, a instituição costuma procurar por qual modalidade?

Marcar apenas uma oval.

- CCZ
 Hospital Veterinário Público
 Clínica/Hospital Veterinário Particular
 Eu mesmo(a) atendo
 Não há busca por atendimento veterinário por questões econômicas

<https://docs.google.com/forms/d/186AHuP1ZFV5OR8b60MUqgltT-7m-f6oygrv34edit?pli=1>

8/13

04/07/23, 18:10 Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

23. A instituição participa de campanhas de castração?

Marcar apenas uma oval.

- Sim, na PBH
 Sim, em ONG
 Sim, em outra alternativa
 Não

Pular para a pergunta 24

Informações sobre os animais

24. Espécie resgatada/acolhida/alimentada (selecionar todas as opções que se aplicam):

Marque todas que se aplicam.

- Gatos
 Cachorros
 Cavalos
 Outro: _____

25. Média de animais resgatados/acolhidos/atendidos por mês:

26. Quantidade de animais MACHOS mantidos atualmente?

27. Quantidade de animais FÊMEAS mantidas atualmente?

28. Quantidade de animais MACHOS OU FÊMEAS CASTRADOS mantidos atualmente?

https://docs.google.com/forms/d/1BdAHuP1ZFW5OR6W6MUBghT-7m-f8cygrvw_34/edit?pli=1

9/13

04/07/23, 18:10 Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

29. Desses, quantos são filhotes? (abaixo de seis meses)

30. Local de manutenção dos animais:

Marque todas que se aplicam.

- Própria residência
 Lar temporário solidário/voluntário
 Lar temporário pago
 Hotéis para pets
 Clínicas
 Abrigos
 Sítio/Fazenda
 Santuário
 Outro: _____

31. Quais vacinas costumam ser aplicadas regularmente?

Marque todas que se aplicam.

- V8
 V10
 Antirrábica
 Leishmaniose
 Giárdia
 V3, V4 ou V5 (gatos)

32. Quando foi realizada a última vermifugação na instituição?

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

https://docs.google.com/forms/d/1BdAHuP1ZFW5OR6W6MUBghT-7m-f8cygrvw_34/edit?pli=1

10/13

04/07/23, 18:10 Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

33. É realizado algum tipo de controle de ectoparasitas?

Marque todas que se aplicam.

- Uso de coleiras repelentes
 Uso de medicações regularmente (Exemplo: Bravecto, Simparic, etc.)
 Outro: _____

34. Há separação entre fêmeas e machos na instituição?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

35. Os animais da instituição possuem acesso à rua (passeios, caminhadas, etc.)?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

36. Houve aparecimento de sintomas intestinais entre os animais recentemente? (Exemplo: vômitos, diarreia)

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

37. Houve aparecimento de casos de parvovirose entre os animais no último ano?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

https://docs.google.com/forms/d/1BdAHuP1ZFW5OR6W6MUBghT-7m-f8cygrvw_34/edit?pli=1

11/13

04/07/23, 18:10 Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

38. Algum animal já apresentou sintomatologia nervosa? (Exemplo: contração de um ou mais membros, contração do corpo inteiro, queda para a lateral, movimentos de pedalar, mastigar o ar, piscar os olhos, dentre outros)

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

39. Houve algum animal com cinomose no último ano?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

40. Há animais com alguma das doenças abaixo mantidos na instituição?

Marque todas que se aplicam.

- FIV (Vírus da Imunodeficiência Felina)
 FeLV (Vírus da Leucemia Felina)
 Leishmaniose
 Esporotricose
 Os animais não são testados para essas doenças
 Não há animais com essas doenças na instituição

41. No caso de haver animais com alguma das doenças citadas na pergunta anterior, eles são separados dos demais?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

https://docs.google.com/forms/d/1BdAHuP1ZFW5OR6W6MUBghT-7m-f8cygrvw_34/edit?pli=1

12/13

04/07/23, 10:10 Pesquisa COMPLEMENTAR ao cadastro de Protetores de Animais em Belo Horizonte e Região Metropolitana

42. Participa da realização ou promove campanhas de adoção de animais?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

43. Se sim, como são divulgadas?

Marque todas que se aplicam.

- Eventos
 Redes sociais
 Outro: _____

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

| | |
|--|---|
| SE SIM, QUAL(IS)? (SE FOR O CASO, MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO) | |
| <input type="checkbox"/> COLÔNIAS DE GATOS | <input type="checkbox"/> CÃES COMUNITÁRIOS |
| <input type="checkbox"/> MATILHA DE CÃES | <input type="checkbox"/> OUTROS: _____ |
| <input type="checkbox"/> ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA / VULNERABILIDADE | |
| ONDE ESTÃO AS COLÔNIAS DE GATOS E AS MATILHAS DE CÃES COM AS QUAIS LIDA? (SE FOR O CASO, MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO) | |
| <input type="checkbox"/> NÃO SE APLICA | <input type="checkbox"/> LOCAIS ABANDONADOS |
| <input type="checkbox"/> LOTES VAGOS | <input type="checkbox"/> IMÓVEIS PÚBLICOS |
| <input type="checkbox"/> PARQUES / MATAS | <input type="checkbox"/> VIAS PÚBLICAS |
| <input type="checkbox"/> PRAÇAS | <input type="checkbox"/> OUTROS: _____ |
| INFORMAR O ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO DAS COLÔNIAS / MATILHAS, CASO SE APLIQUE | |
| NÚMERO APROXIMADO DE GATOS NAS COLÔNIAS ASSISTIDAS | |
| <input type="checkbox"/> NÃO SE APLICA | <input type="checkbox"/> Nº: _____ |
| NÚMERO APROXIMADO DE CÃES NAS MATILHAS ASSISTIDAS | |
| <input type="checkbox"/> NÃO SE APLICA | <input type="checkbox"/> Nº: _____ |
| OS ANIMAIS DAS COLÔNIAS E MATILHAS ASSISTIDAS SÃO CASTRADOS? | |
| <input type="checkbox"/> NÃO SE APLICA | <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> NÃO SEI |
| SE SIM, QUAL A PROPORÇÃO DELES E CASTRADA, APROXIMADAMENTE? | |
| <input type="checkbox"/> 100% | <input type="checkbox"/> 75% <input type="checkbox"/> 50% <input type="checkbox"/> 25% <input type="checkbox"/> 0% <input type="checkbox"/> NÃO SE APLICA |
| ONDE SÃO CASTRADOS OS ANIMAIS DAS MATILHAS E COLÔNIAS? (SE FOR O CASO, MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO) | |
| <input type="checkbox"/> NÃO SE APLICA | <input type="checkbox"/> PARCERIA COM UNIVERSIDADES |
| <input type="checkbox"/> PREFEITURA (CCZ / E / OU CENTROS DE ESTERILIZAÇÃO) | <input type="checkbox"/> UNIDADES MÓVEIS DE CASTRAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> CLÍNICAS / HOSPITAIS VETERINÁRIOS PARTICULARES | <input type="checkbox"/> OUTROS: _____ |
| <input type="checkbox"/> CLÍNICAS / HOSPITAIS VETERINÁRIOS PÚBLICOS | |
| QUAIS SÃO OS TIPOS DE IDENTIFICAÇÃO / MARCAÇÃO DOS ANIMAIS DAS COLÔNIAS E MATILHAS ASSISTIDAS? (SE FOR O CASO, MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO) | |
| <input type="checkbox"/> NÃO SE APLICA | <input type="checkbox"/> MICROCHIP |
| <input type="checkbox"/> NÃO SÃO MARCADOS / IDENTIFICADOS | <input type="checkbox"/> TATUAGEM |
| <input type="checkbox"/> COLEIRA DE IDENTIFICAÇÃO | <input type="checkbox"/> OUTROS: _____ |
| <input type="checkbox"/> MARCAÇÃO DE PONTA DE ORELHA | |
| COMO SÃO CUSTEADAS AS AÇÕES DE CASTRAÇÃO DOS ANIMAIS DE MATILHAS OU COLÔNIAS ASSISTIDAS, FORA DOS PROGRAMAS DE CASTRAÇÃO DA PBH? (SE FOR O CASO, MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO) | |
| <input type="checkbox"/> NÃO SE APLICA | <input type="checkbox"/> DOAÇÕES DE EMPRESAS |
| <input type="checkbox"/> RECURSOS PRÓPRIOS | <input type="checkbox"/> VENDA DE PRODUTOS |
| <input type="checkbox"/> DOAÇÕES DE TERCEIROS (VIZINHOS, PESSOAS CONHECIDAS OU DESCONHECIDAS, ETC.) | <input type="checkbox"/> EVENTOS |
| <input type="checkbox"/> CAMPANHAS NA INTERNET (EX.: VAQUINHAS, RIFAS, ETC.) | <input type="checkbox"/> OUTRAS: _____ |
| DE FORMA SUCINTA, DESCREVA O SEU TRABALHO COMO PROTETOR(A) DE ANIMAIS E DEMAIS INFORMAÇÕES RELEVANTES NÃO ABORDADAS NAS QUESTÕES ANTERIORES: | |
| | |
| 4 DECLARAÇÃO | |
| <input type="checkbox"/> DECLARO QUE LI, ACEITO AS REGRAS PARA PARTICIPAR DOS PROJETOS ESPECIAIS E QUE TODAS AS INFORMAÇÕES DECLARADAS NESTE FORMULÁRIO SÃO VERDADEIRAS. | |
| DATA | ASSINATURA DO(A) PROTETOR(A) / DECLARANTE |